

De *David* a *Émile*, do prenome subjetivo ao prenome objetivo: Contribuição da sociologia dos prenomes à questão da identidade judaica de Durkheim

From David to Émile, from the subjective forename to the objective forename: Contribution from the sociology of first names to the question of Durkheim's Jewish identity

MATTHIEU BÉRA

Doutor em Sociologia, Maître de Conférence em Sociologia, Institut de Recherche en Droit des Affaires et du Patrimoine (IRDAP), Université Montesquieu-Bordeaux IV, França.

Tradução de Hedy Lorraine Hoffman

RESUMO Neste artigo, apresento os resultados de uma ampla pesquisa sobre os dois prenomes de Durkheim. Começo por fazer uma revisão da literatura sobre o tema, confrontando as diferentes teses propostas, muitas das quais consideram que houve uma mudança voluntária de prenome. De acordo com essa perspectiva, com a troca de prenomes Durkheim teria marcado seu distanciamento com o judaísmo de seus ancestrais (e de seu pai rabino). Ao contrário, com o aporte de novos documentos, proponho que Durkheim não ‘trocou’ seu prenome. De fato, nos registros de recenseamento de 1891 e 1896 em Talence e 1901 em Bordeaux, ele se autodenomina *David* (1891 e 1896), depois *Émile* (1901), sem que o estado civil tenha qualquer coisa a ver com essa decisão. Por outro lado, fica claro que, na consciência de Durkheim, a precedência de *Émile* a *David* impõe-se como um dado objetivo. Com base nesses dados, procuro examinar a relação complexa de Durkheim com sua identidade judaica e propor novas hipóteses que possam explicar sua ‘escolha’ de não mais incluir *David* em suas publicações a partir de 1901. Para isso, considero um conjunto de ocorrências a fim de explicar esse ‘gesto íntimo’, entre eles o caso Dreyfus (1894-1906).

PALAVRAS-CHAVE Durkheim; identidade judaica; sociologia dos prenomes; caso Dreyfus.

ABSTRACT In this article, I present the results of an extensive research on the two first names of Durkheim. I begin with a review of literature on the subject, comparing the different proposed thesis, many of which consider that there was a voluntary change of first name. According to this perspective, by exchanging his first names, Durkheim would have reinforced his distance to the Judaism of his ancestors (specially his father, who was a Rabbi). Differently, taking new documents and data into account, I propose that Durkheim did not ‘change’ his first name. In fact, according to the census records of 1891 and 1896 in Talence and of 1901 in Bordeaux, he calls himself ‘David’ (1891 and 1896), then ‘Émile’ (1901) – the marital status having no influence on his decision. On the other hand, it is clear that, in the consciousness of Durkheim, the precedence of ‘Émile’ to ‘David’ imposes itself as an objective fact. Based on these data, I try to examine the complex relationship of Durkheim with his Jewish identity and to propose new hypotheses that might explain his ‘decision’ to no longer include ‘David’ on his publications since 1901. To this purpose, i.e., to explain this ‘personal choice’, I consider a set of events, including the Dreyfus Affair (1894-1906).

KEYWORDS Durkheim; Jewish identity; sociology of first names; Dreyfus affair.

Homenagem a Philippe Besnard

Eu não quis a educação que recebi

(DURKHEIM, 1894, p. 197).¹

Os fins apreciados por nossos pais perderam a sua autoridade e sua atratividade sem que nós vejamos claramente, pelo menos com a unanimidade que seria necessária, onde estão aqueles que devemos buscar daqui por diante. Resulta disso um verdadeiro vazio na nossa consciência moral (DURKHEIM, 1901, p. 444).²

A ciência, por ser objetiva, é eminentemente impessoal e apenas pode progredir graças a um trabalho coletivo (DURKHEIM, 1898, Préface).

Querer ser e querer se escolher é, em primeiro lugar, recusar-se a ser o que não se escolheu ser (BOURDIEU; PASSERON, 1964).

Em princípio, tudo é religioso (DURKHEIM, 1970, p. 253).

Introdução

Uma das questões que ainda estão sendo estudadas a respeito de Durkheim trata do seu relacionamento com o judaísmo, sua “identidade judaica”, ou sua “judeidade”, como quisermos chamá-la. Atualmente, ainda é difícil saber até que ponto ele romperia com essa religião à qual ele era ligado através de sua mãe e de seu pai, o Grão Rabino dos Vosges. Certos especialistas em Durkheim seguiram essa pista, interessando-se pelos seus dois prenomes. Conseguiram demonstrar que essa via não era ineficaz, longe disso: ela permitiu-lhes formular hipóteses dignas de crédito e chegar a certas conclusões interessantes.³ Contudo, os especialistas não contam todos a mesma história; fizeram com que os dois prenomes de Durkheim dissessem coisas que merecem ser retomadas e esclarecidas.

Inicialmente, apresentarei a atual situação dos conhecimentos, debates e incertezas que pairam sobre esse dossiê. Num segundo tempo, mostrarei que a sociologia dos prenomes e a história demográfica trazem dados essenciais sobre a questão; proporei, enfim, novas interpretações para explicar o fato de Durkheim ter abandonado *David* em favor de *Émile*.

Parte I – Quando os especialistas problematizaram os prenomes de Durkheim?⁴

Os dois prenomes de Durkheim

Lukes (1973) inicia a biografia de referência de Durkheim com: “*David Émile* Durkheim was born on 15 April in Épinal”. Sem dúvida, nesse momento ficava-se sabendo pela primeira vez da existência do “outro” (embora primeiro) prenome de Durkheim. Todavia, ele não o utilizou como ponto de partida, não emitiu nenhuma hipótese a respeito da ordem dos nomes. Ele nunca se interessou pela educação religiosa de Durkheim. A relação do personagem como o judaísmo não o intrigou, em que pese o fato de ter dedicado um capítulo ao Caso Dreyfus e dois outros à sociologia das religiões.

Uma geração depois, Fournier (2007) inicia a biografia do fundador da sociologia do mesmo modo, igualmente na questão dos prenomes: “*Émile David* Durkheim nasceu em 15 de abril de 1858 em Épinal”. Se ele evoca a certidão de nascimento,⁵ é para se demorar no nome: assinala que, no registro, está escrito “Durckheim”, que o nome foi riscado e corrigido para “Durkheim”.⁶ Fournier também não fala da questão da ordem dos prenomes, mas se interessa pela educação religiosa do sociólogo, o que é um acréscimo.⁷ Por outro lado, se ele inverteu a sua posição original no registro de estado civil, não explica isso.

Forçosamente, constata-se que, com o intervalo de uma geração, os dois principais biógrafos de Durkheim conhecem a existência dos dois prenomes, mas não a usam para analisar a relação de Durkheim com o judaísmo.⁸ Isto, por outro lado, é feito por Filloux, Lacroix e Birnbaum e outros autores que apresentarei aqui, intercalados entre os dois.

“O caso” dos dois prenomes: o abandono de *David* como prova do afastamento de Durkheim do judaísmo

Em 1977, Filloux retoma o relato da “crise mística” proposto por Davy (1919), agregando-lhe o trecho no qual Alpert (1939) conta que Durkheim frequentemente dizia aos seus colaboradores do *L'Année sociologique*: “Não se deve esquecer que sou filho de rabino!”.⁹ Ele propõe um artigo, em 1976 (FILLOUX, 1976), que retoma essa citação no próprio título e lança o que se pode chamar “o caso dos dois prenomes”. Ele os transforma em provas para apoiar as suas hipóteses quanto à relação entre Durkheim e a religião judaica, e, mais adiante, ao seu pai Moisés. Eis um extrato:

Assim, o jovem *David Émile* Durkheim (o primeiro prenome é aquele do avô paterno) estava destinado, na mente do pai, a continuar a tradição familiar do rabinato (...). Concordaremos que é, provavelmente, significativo que dos dois prenomes de Durkheim, *David* e *Émile*, o primeiro tenha sido abandonado em favor do segundo: mesmo que não saibamos quando, nem em que condições, pensamos que esse abandono está, em parte, relacionado à ruptura com o judaísmo” (FILLOUX, 1976, p. 263).
(destaque meu)

Segundo Filloux, Durkheim, portanto, teria “abandonado” o seu prenome hebraico (ato deliberado) depois de ter perdido a fé (“ruptura com o judaísmo”). Esses termos são fortes. Concomitantemente (o advérbio é nosso), Durkheim se envolveu na fundação da sociologia. Esse ato inaugural teria constituído um tipo de compensação visando a atenuar o sentimento subjetivo de ruptura e abandono da tradição. O “biógrafo” (Filloux é um deles, de certa maneira, mesmo que nunca tenha escrito uma biografia sistemática) atribui esse problema à psicanálise, através da relação com o pai: ele insiste na dimensão simbólica do prenome desse último (*Moisés*), que evocava forçosamente a figura do fundador da religião mosaica. Ele propõe ver em Durkheim um outro *Moisés*, um outro fundador. Na medida em que os testemunhos foram bastante numerosos, descrevendo Durkheim como um profeta religioso, ascético e exaltado tanto no aspecto físico quanto moral, animado por uma fé interior, controlado por uma missão, o biógrafo pôde “surfear” nessa hipótese. A sociologia tornara-se uma forma de ministério de substituição. Se *David* foi o prenome do rabino em potencial, *Émile* foi aquele do sociólogo que se realizou.¹⁰

Alguns anos depois, Lacroix (1981) publicou a sua obra sobre Durkheim e o político, que o levou a uma genealogia das problemáticas do estudioso. Num trecho ousado, completamente inspirado pela psicanálise, retornou à questão dos prenomes: “*David-Émile* Durkheim pertence a duas histórias, duas culturas, duas formas de pensamento: por um lado, aquela da Diáspora judaica, alimentada pela Bíblia e pelo Talmud (...); por outro lado, o humanismo ocidental” (LACROIX, 1981, p. 128).

Várias vezes, Lacroix dá a entender que Durkheim chamava-se *David* na sua juventude: “É provável que essa imagem desvalorizada da mulher deve-se

muito ao estado subalterno das três mulheres da casa, que o jovem *David* vivenciou durante a sua infância” (LACROIX, 1981, nota 145, p. 135).

Em um longo trecho, saturado de psicanálise, ele acrescentou: “*David* se reconhece o assassino (simbólico, é claro!) de *Moisés* (...). A ambição de *David* de ser pelo menos o igual de *Moisés*” (LACROIX, 1981, p. 148, p. 157).

Vê-se, portanto, que Lacroix, como Filloux, distingue dois Durkheim: o jovem *David*, que está sob a influência do pai rabino e da religião; o adulto *Émile*, emancipado do judaísmo e do projeto rabínico-paterno, que “prefere” fundar uma disciplina científica. Em ambos os casos, a mudança de prenome teve como objetivo, por um lado, o abandono da religião e da influência paterna, e de outro, o compromisso com a ciência.¹¹

Quando decide investigar, por sua vez, sobre a primeira infância de Durkheim, Mestrovic (1988) volta à questão dos prenomes. Ele começa por lembrar as teses de Filloux e Lacroix, mas opõe a essas aquelas de Greenberg (1976) e Besnard 1982; 1987) que, visivelmente, ele prefere.¹² Ele também se baseia em uma investigação pessoal: uma viagem a Épinal para consultar arquivos, uma conversa com o neto Halphen¹³ e uma releitura da conversa de Henri Durkheim com Jean-Claude Filloux, recomendada por Halphen. Sugere, em resumo, que, longe de se opor ao pai sobre a questão de sua sucessão ao rabinato, que o teria incentivado a não seguir a mesma carreira que ele, que considerava difícil e medíocre sob vários pontos de vista. Como diz Mestrovic (1988, p. 30-31), “muitos judeus, à época de Durkheim, foram incentivados pelo pai a assimilarem-se à cultura maior. Neste sentido, Durkheim não renunciou aos valores e à personalidade do seu pai, mas sim à sua carreira”.

Concordando plenamente com essa ideia, Mes-

trovic chamou justa atenção para o fato de que nada foi imposto ao irmão mais velho de Durkheim, Félix, que pôde trabalhar em um empreendimento comercial, aparentemente sem sofrer qualquer oposição. Contudo, acredita-se que esse rabinato deveria ter sido inicialmente transmitido ao mais velho, se realmente houvesse a vontade paterna nesse sentido. Portanto, longe de ter se oposto ao pai, Durkheim teria “cumprido o seu desejo”. Não é mais questão aqui de opor os prenomes, nem de falar do abandono de um em favor do outro. Assim, quando se vê um curto trecho sobre os prenomes, Mestrovic (1988, p. 32) propõe outra pista: “Os outros judeus esperavam que judeus adotassem um nome francês (*sic*), (donde *Émile David* Durkheim), modos franceses e a cultura francesa”.¹⁴

Ele liga, portanto, a questão dos prenomes à problemática da assimilação, o que não fora o caso de Filloux e de Lacroix. Esses últimos estavam encerrados em uma problemática psicanalítica, familiar, ou até edípica,¹⁵ paradoxalmente negligenciando as explicações sociais para os sociólogos.¹⁶ Mestrovic trata da questão dos prenomes para indicar o grau de assimilação da família Durkheim à cultura francesa. Ao contrário dos dois outros, ele não evoca uma mudança voluntária de prenome; prefere raciocinar a partir da geração do pai, que foi o único a querer estabelecer um significado ao escolher os prenomes dos filhos. Mestrovic subentendeu também que *Émile*, sem dúvida, nunca se fez chamar por outro nome, mas ele não aprofundou a questão.¹⁷

Birnbaum (2004), muito sensível à questão da relação de Durkheim (mas também dos sociólogos, dos intelectuais e dos funcionários) com o judaísmo, por sua vez volta aos dois prenomes. Ele se permite até mesmo dar o título evocativo de “*Émile David* Durkheim” ao segundo capítulo de seu

livro, lembrando (sem dúvida, propositalmente) que o sociólogo também tinha o prenome de *David*.¹⁸ De sua parte, reativou a tese de Filloux e Lacroix, convencido como eles de que Durkheim *decidira* mudar a ordem dos seus prenomes em determinado momento, e que isso expressava um desinvestimento do judaísmo.¹⁹ O registro voluntarista (não muito surpreendente em Birnbaum, que está muito próximo da corrente acionista) é claramente adotado aqui: “Quando Durkheim escolheu inverter a ordem dos prenomes, tomou uma decisão de importância simbólica essencial, cujas circunstâncias, infelizmente, são desconhecidas” (BIRNBAUM, 2004, p. 97).

Mais adiante, em um trecho em que demonstra empatia, acrescenta:

O que pensa *David*, no seu foro interior, quando decide se fazer chamar *Émile*? Por que ele toma essa decisão que muda radicalmente a sua imagem de fundador da sociologia francesa, ao apagar em parte a sua origem judaica que anuncia aquela de Mauss, que, por sua vez, cala o seu segundo prenome, *Israel*, até o ponto de nunca falar disso? (FOURNIER, 1994, p. 38)²⁰ (...) Tanto Durkheim como Mauss colocam em segundo plano o fato de pertencerem ao judaísmo, fazendo desaparecer de sua identidade pública o seu prenome abertamente judeu. (BIRNBAUM, 2004) (*ênfase minha*)

Para Birnbaum, houve uma mudança voluntária de prenome, o que demonstrava um abandono de suas origens judaicas, relacionado à sua adesão ao positivismo (anos de formação), aos valores de República Francesa laica, a seu ateísmo e a seu engajamento público no caso Dreyfus.

Essa interpretação não é muito diferente daquela de Pickering (1984), que também deve ser lem-

brada, na medida em que ele também tratou da relação entre o sociólogo e o judaísmo. Sublinhando novamente “a sua tese”, em 2001, escreveu:

Repito o que já escrevi em outra parte (PICKERING, 1984, p.18). O desejo de ocultação²¹ de Durkheim também pode ser visto no fato de que ele, cujo nome era *David Émile*, escolheu sempre ser conhecido como Émile, em vez de pelo nome mais judaico de *David*. Durkheim se apresentava, não tanto como um judeu que, com sentimento de culpa,²² rejeitara a fé e a prática dos seus antepassados, mas como um francês, liberal intelectual esclarecido. (...) ele também abandonou a sua judeidade para demonstrar sua cidadania francesa. (PICKERING, 2001) (*ênfases minhas*)

Esses dois últimos autores, portanto, consideram que a mudança voluntária de prenome é um indício objetivo do abandono igualmente voluntário da religião dos seus antepassados por Durkheim, e que se trata de uma prova da vontade de assimilação no modelo republicano laico.²³

Quaisquer que sejam as leituras dos estudiosos, os problemas da ordem e escolha dos prenomes permitem dizer muito sobre a relação entre Durkheim e o judaísmo. Longe de serem um objeto decorativo, os prenomes são provas objetivas que permitem abordar uma questão subjetiva.

Finalmente, observar-se-á que essas reflexões sobre os dois prenomes orientaram os pesquisadores em quatro direções distintas, interligadas: a relação com o pai e o problema da transmissão de uma herança profissional (o rabinato); a fundação da sociologia (em lugar de e em substituição à da religião); a investigação científica dos fenômenos religiosos (a objetivação de uma relação subjetiva com crenças e práticas religiosas); a assimilação dos judeus na República laica e positivista.

Problemáticas obtidas a partir da questão dos prenomes

	Filiação (transmissão paterna)	Fundação da sociologia	Investimento científico das religiões	Assimilação dos judeus
Filloux (1976)	X	X		
Greenberg (1976)	X		X	X
Lacroix (1981)	X	X		
Besnard (1982, 1987, 2005).	X		(X)	(X)
Pickering (1984, 1994, 2001)				X
Mestrovic (1988)	(X)	X		X
Birnbaum (2004)				X

A seguir, apresentaremos alguns fatos novos que deixarão um sentimento de insegurança ou conforto, de acordo com certas das hipóteses expostas precedentemente. Levar-nos-ão, sobretudo, a formular interpretações novas e melhor fundamentadas, parece-nos, sobre um conjunto de questões que estão suspensas.

Parte II – Contribuição da sociologia dos prenomes à questão da identidade judaica de Durkheim

Convém trazer novas peças ao dossiê. Isso se justifica porque, em primeiro lugar, os autores precedentes negligenciaram as contribuições da demografia histórica; em segundo lugar, eles também não utilizaram os trabalhos de sociologia dos prenomes iniciados, em 1979, por Besnard, o que é, afinal de contas, bastante surpreendente; enfim, em terceiro lugar, eles não pensaram em consultar os dados do recenseamento, que permitem realizar uma descoberta importante sobre essa questão.

Os aportes da demografia histórica à questão da ordem dos prenomes

O problema levantado pelas hipóteses de Filloux, Lacroix, Pickering e Birnbaum é que elas não levam em conta o que nos ensina a demografia histórica, tanto a respeito dos judeus, como dos não judeus.²⁴

Depois da difusão da prática de múltiplos prenomes, no século XVIII (ZONABEND, 1980, 2001; BESNARD 1984; DUPÂQUIER *et al.*, 1987), sabe-se que o primeiro prenome era aquele que ligava a criança a uma linhagem, era aquele da tradição patrimonial, ou paterna, ou religiosa, conforme desejado. Se o prenome de uso vinha em segundo lugar no estado civil, isso não impedia de ser utilizado na vida cotidiana. Consequentemente, Durkheim certamente nunca se chamou por outro prenome do que *Émile*, tanto na família,²⁵ como em outros lugares. Todos os seus dossiês administrativos (inclusive no colégio de Épinal), remetem a *Émile*.²⁶ Não é inútil lembrar que sempre publicou sob esse prenome,

desde 1885. São apenas os documentos notariais que lembram a existência dos dois prenomes (e sua ordem).²⁷

A hipótese da inversão da ordem dos prenomes (que, aliás, foi considerada pelos estudiosos como semelhante ao “abandono” de *David*), remete, portanto, seja à fantasia de pesquisadores interessados na psicanálise,²⁸ seja à sua sensibilidade exacerbada sobre as questões envolvendo o judaísmo, que os levam a sobreinterpretar os fatos, com toda a falta de conhecimento dos dados e avanços da demografia histórica.²⁹ A demografia histórica nos ensina que o primeiro prenome no estado civil (*David*) é aquele que inscrevia o jovem Durkheim na tradição hebraica, e que o segundo prenome, *Émile*, era aquele de uso. Nessas condições, apenas a escolha realizada pelos ascendentes de Durkheim pode ser interpretada. Se quisermos “medir” a vontade de assimilação do próprio Durkheim, seria necessário poder estudar a maneira como ele se atribuiu os prenomes. Será possível? Veremos que sim. Para saber, enfim, o que Durkheim queria para os seus filhos, é suficiente estudar a maneira pela qual, junto com sua esposa Louise, deu os prenomes aos seus dois filhos. Sobre os três aspectos, é necessário a cada vez mobilizar a sociologia dos prenomes.³⁰ É isso o que faremos.

As motivações dos ascendentes de Durkheim na escolha dos prenomes (geração -1)

O programa de sociologia dos prenomes foi lançado por Besnard (1979). Depois, foi aplicado por Besnard e Desplanques a todos os prenomes franceses, sem, contudo, jamais concentrar sua atenção no caso específico do seu sociólogo favorito.³¹ Esta sociologia é de grande interesse para o assunto

em pauta.³² A escolha dos dois prenomes, *David* (amado de Deus) e *Émile*, pode esclarecer a ótica adotada pelos pais de Durkheim ao darem prenomes aos seus filhos.

Os pais de Durkheim tiveram cinco filhos, três meninos e duas meninas. Cada menino recebeu dois prenomes: *Israel Désiré* (1845-1846), *Joseph Félix* (1850-1889) e *David Émile* (1858-1917). Parece que as meninas apenas receberam um prenome: *Rosine* (1848-1930) e *Céline* (1851-1931).³³ Os mesmos critérios parecem sempre ter orientado a escolha dos dois prenomes dos três meninos.

Eles receberam primeiro um prenome hebraico que os inscrevia na tradição religiosa e familiar, sublinhada aqui pela presença de homens rabinos desde o início do século XVIII. O primeiro prenome, consequentemente, era pouco provável de ser difundido na população em geral – tanto mais que havia apenas alguns milhares de judeus na França, concentrados no Leste (GRIVEL, 1994), que davam prenomes específicos aos seus filhos. Graças à obra de Dupâquier et al (1987, p. 39 e seguintes), há dados estatísticos sobre a difusão desses três prenomes de 1ª ordem (isto é, os primeiros prenomes): não há nenhum *Israel* declarado entre os 78.675 prenomes pesquisados no século XIX, e somente dez *David*. A excentricidade foi, portanto, claramente estabelecida. *Joseph*, ao contrário, eleva-se ao 5ª nível dos prenomes mais disseminados à época, sendo mencionado 2.279 vezes. Pode-se, portanto, considerar que os pais de Durkheim estavam unidos em sua vontade de integração: para o primeiro filho, sua escolha indicava uma forte marginalidade, enquanto que para o segundo, vindo quatro anos depois da morte prematura do precedente, havia visivelmente uma preocupação de integração que os fez vasculhar o estoque de pre-

nomes nacionais mais disseminados. *Joseph* oferecia, além disso, a particularidade de ser também um prenome bíblico; autorizava, portanto, um compromisso interessante. Quanto a *David*, seu último filho,³⁴ a fixação hebraica volta a ser forte, mas será atenuada ou compensada pelo segundo prenome de uso.

Se olharmos mais detidamente o pai de Durkheim, constataremos que os biógrafos e estudiosos nunca mencionam que ele também tinha dois prenomes: dizem-nos sempre que o prenome dele era *Moïse*³⁵ (*Moisés* em português).³⁶ Nunca nos dizem que ele também tinha o prenome *David*. Consequentemente, o primeiro prenome de Durkheim era também o segundo prenome do seu pai.³⁷ Desse elementos genealógicos, pode-se concluir que houve uma transmissão dos prenomes de pai para filho durante pelo menos três gerações.³⁸ *David Émile* tinha o segundo prenome do seu pai, *Moyse David*, que o recebera, ele próprio, do segundo do seu pai, *Israel David*.³⁹

Quanto aos segundos prenomes dos filhos da família Durkheim, escolhidos para a vida cotidiana, como foi apresentado acima, as motivações foram diferentes. Elas eram muito mais difusas, marcando desse ponto de vista uma vontade de integração ou de assimilação: *Émile* tinha sido atribuído a 385 crianças sobre 78.000 em segunda ordem (aos quais se pode acrescentar 607 em primeira ordem, ou seja, um milhar);⁴⁰ *Félix*, que atualmente não está mais muito em voga, atingiu, naquela época, 161 na 2ª ordem, (+191 em 1ª ordem); *Désiré* designava 250 crianças em 2ª ordem (+157 em 1ª ordem). Moché Catane (1984) assinala que “o movimento de assimilação do século XIX leva pais judeus a não querer distinguir seus filhos daqueles que os cercam, e a dar-lhes prenomes comuns: Pierre, Paul, Henri”. Poderíamos acrescentar: Marcel, Émile...

Benard e Desplanques escrevem, por sua vez, que “o prenome Émile apenas surge em torno de 1830, e somente atinge o seu apogeu nos anos 1890, em décimo lugar, quando se fala muito de Émile Zola” (BENARD; DESPLANQUES, 2005, p.153).

As motivações que determinaram a escolha dos prenomes dos filhos de Durkheim (geração +1)

É igualmente instrutivo efetuar algumas pesquisas a respeito das motivações que podem ter determinado a escolha dos prenomes dos filhos do casal Durkheim, na geração seguinte, que permitem saber qual era a ótica de Durkheim em relação à tradição. A escolha dos prenomes de seus filhos, desta vez, é diretamente relacionada àquilo que os autores apresentados no início do artigo tentavam atingir, evocando a “escolha” pretendida de autoprenominação de Durkheim. Eles teriam aproveitado mais se tivessem estudado essa outra escolha, incontestável, que o fez optar por este ou aquele prenome, esse “bem simbólico”, ao mesmo tempo “gratuito e obrigatório”, como caracterizado por Besnard (1979).

A primogênita, *Marie* (nascida em 1888, um ano após o casamento de Louise e Émile) recebeu um prenome que era ao mesmo tempo extremamente comum – era de fato o primeiro prenome atribuído às meninas na pesquisa de Dupâquier, com 12.661 ocorrências⁴¹ – e bem pouco hebraico: se o personagem de *Marie* é valorizado pelo *Novo Testamento* dos católicos e protestantes, a mãe de Jesus não é mais importante que o seu filho para os judeus. Pode-se observar, *en passant*, que *Marie* é a tradução de *Myriam*, versão hebraica, e que os pais escolheram não lhe dar esse prenome. O que importa aqui é que eles escolheram registrar seu

primeiro filho, que ainda mais é uma filha, portadora da tradição judaica, no mundo católico, ou digamos, “comum”, de mergulhá-la na corrente majoritária e parar de marcar o seu pertencimento à sua minoria (judaica).⁴² Seu segundo prenome, por outro lado,⁴³ atenuou o que poderia ter sido excessivamente mal interpretado pelos seus avós da região dos Vosges⁴⁴ e permitiu inscrevê-la na tradição, dando-lhe aquele da esposa do avô paterno de Durkheim (a mãe de Moise): *Bella* (*Bella* ou *Belia*, como se quiser). Acrescentemos que o nome *Bella* nunca era dado no século XIX na amostra de 78.000 prenomes femininos do estudo de Dupâquier, o que confirma o aspecto completamente excêntrico dessa escolha. O segundo prenome da primeira filha de Durkheim permitia, portanto, apesar de tudo, inscrevê-la na tradição hebraica, logo um ano após seu casamento na sinagoga de Paris (Xème). As aparências estavam salvas.

Quatro anos depois, em 1892, seu filho receberia os prenomes de acordo com uma lógica radicalmente diferente: nem *André* nem *Armand* são marcadores da tradição hebraica.⁴⁵ O duplo prenome de *André Armand* é, em si, um ato inaugural separado de qualquer tradição familiar rabínica.⁴⁶ Realmente houve uma ruptura na afirmação de certas escolhas de parte do jovem casal Durkheim, que recusou, explicitamente, dessa forma, de ligar seu filho ao judaísmo. Além disso, sabe-se que *André* estava muito em voga em 1900 (6.000/ano), chegando a 20.000 em 1920.⁴⁷ (*Armand* estava menos disseminado, mas assim mesmo chegou ao milhar em 1900. Estava em alta).

Assim, é importante compreender que Louise e Émile *escolheram* para os seus filhos dois prenomes “que estavam em moda”, o que marcava a sua vontade de assimilar-se – ou melhor, a sua assimi-

lação. Isso apenas confirma o que já se sabe sobre Durkheim, e sua separação da tradição religiosa. Devemos insistir neste último aspecto: Durkheim destinava o seu filho à sociologia, não ao rabinato! Sabe-se que ficou aniquilado quando o seu filho morreu na guerra, enquanto ambicionava para ele um futuro científico brilhante e um domínio de pesquisas específico: a sociologia da linguagem (cf. nota necrológica de Durkheim).

A escolha dos prenomes de Durkheim por ele mesmo nos recenseamentos de 1891, 1896 e 1901 (geração 0)

Uma última pista de pesquisa nunca foi seguida, mas é igualmente pertinente sobre este assunto. É até mesmo decisiva, acreditamos, para informar a relação íntima que Durkheim poderia manter com o judaísmo.

A consulta aos registros dos recenseamentos populacionais oferece principalmente a vantagem de remeter à maneira pela qual Durkheim apresentava “os seus próprios prenomes”, pode-se dizer, em momentos solenes. Sua vantagem é considerável: os prenomes declarados dependem da apresentação do eu (e da representação do eu). São marcadores objetivos da subjetividade, já que o ator social pode escolher de se apresentar (ou dar-se prenomes) da maneira que quiser: ele precisa escolher entre um ou outro dos seus prenomes.

A consulta aos registros permitiu que descobríssemos que Durkheim não teve, como suspeitavam Filloux, Lacroix, Pickering e Birnbaum, uma relação muito clara com os seus prenomes – notadamente com o primeiro deles –, e assim, com a tradição. As suas declarações nos recenseamentos, na sua própria variabilidade (cf. quadro abaixo), confirmam em parte as hipóteses dos autores citados acima, sem consideração das suas provas.

Os três recenseamentos do período em que Durkheim viveu em Bordeaux⁴⁸

Datas dos recenseamentos	Local de moradia	Idade e estado civil de Durkheim ⁴⁹	Primeiro nome
1891	Talence (179 Bd de Talence)	33 anos. Casado, um filho	David
1896	Talence (179 Bd de Talence)	38 anos Casado, dois filhos	David
1901	Bordeaux (218 Bd de Talence)	43 anos Idem	Émile

Em 1891, quatro anos após ter se instalado em Talence e de ter sido nomeado para a Faculdade de Letras de Bordeaux, Durkheim apresenta a sua família ao agente de Estado Civil da seguinte forma:

- ♦ “Durkheim/*David*/32 anos/professor/chefe (de família)/
- ♦ Dreyfus/*Julie*/24 anos/sua esposa/
- ♦ *Bella*/dois anos/sua filha/

Portanto, ele dá os prenomes dos três membros da família, citando exclusivamente os seus prenomes hebraicos, em vez dos seus prenomes de uso. Aqui não se trata “da ordem dos prenomes”, nem da inversão dessa ordem, mas sim de uma questão de escolha: um único prenome, em vez de outro, o primeiro em vez do segundo, ou melhor, o prenome hebraico antes que o prenome “afrancesado”, ou “catolicizado”. Não se pode dizer, realmente, que ele escolheu sistematicamente o primeiro dos prenomes, já que *David* era o seu, mas *Julie* era o segundo prenome de sua esposa (seus prenomes eram *Louise Julie*)⁵⁰ e sua filha tinha como prenomes *Marie Bella*. Claramente há uma vontade de marcar a fixação judaica, não respeitando sequer a lógica da ordem do registro civil.⁵¹ Devemos, portanto, colocar a realidade em lugar da hipótese (retomada mais acima) dos historiadores sobre “a ordem dos prenomes” e de sua inversão em um momento dado. Durkheim escolheu dar o

seu primeiro prenome, *David*, no recenseamento de 1891, assim como escolheu dar os prenomes hebraicos da sua mulher e filha, seus segundos prenomes. De certa maneira, e por esse motivo, ainda estava definitivamente sob a influência subjetiva da religião mosaica nessa época.

Em 1896, quando a família tinha mais um filho, Durkheim continua a apresentar-se com o seu primeiro prenome hebraico. Por outro lado, fato notável, *Julie* torna-se *Louise* e *Bella* torna-se *Mariel*! As mulheres reencontram os seus prenomes de uso. Quando ao recém-chegado, aparece sob seu primeiro prenome, *André*, que não tem nada de hebraico (cf. acima). Nessa fase, é importante observar duas coisas: 1) a prática declarativa evolui de um recenseamento para outro, o que indica que o recenseado (Durkheim) se entregou a seu livre arbítrio e/ou às suas deliberações interiores – isto é o que interessa nesses dados; 2) reserva-se a constância e a marca (traço, sinal, indício)⁵² da judeidade, enquanto decide mudar os prenomes dos outros membros da família.

Em 1901, para nos deixar bem intrigados, nenhum membro da família está mais associado com o seu prenome hebraico.⁵³ *David* dá lugar a *Émile*, por sua vez, e termina o movimento de abandono (*sic*)⁵⁴ do prenome hebraico, em favor do segundo prenome, de uso “afrancesado”.

A variação das declarações mostra muito bem que se trata de um ato subjetivo que aponta para a intenção daquele que o enuncia. Mas a interpretação da “escolha dos prenomes” e, por consequência, daquilo que se pode saber a respeito da relação entre Durkheim e sua identidade judaica sobre este ponto específico, naqueles momentos, depende, em grande parte, do que se pode apreender sobre a maneira como eram realizados os recenseamentos. Desse conhecimento depende a interpretação que pode ser feita sobre suas declarações de prenomes. Se a sociologia levou tempo para considerar que era necessário propor uma sociologia da produção das estatísticas e do trabalho de coleta de dados,⁵⁵ compreende-se muito bem que aqui estamos no cerne do problema levantado. De duas uma: seja o recenseamento era conduzido em uma relação direta, face a face, colocando em equilíbrio duas subjetividades, aquela do agente recenseador, variável apesar das instruções, e aquela do recenseado; seja o recenseamento era feito como hoje, através de um questionário a ser preenchido pelo próprio recenseado, em que a interação social não precisa mais ser levada em conta.

Um texto do INSEE (site do instituto) indica que a “técnica de deposição-retirada dos questionários pelo agente recenseador foi instaurada” a partir do recenseamento de 1881. Essa informação foi confirmada por Jacques Dupâquier, na sua *Histoire des recensements*: “Em 1881, especifica-se que o formulário individual, combinado com aquele da folha de família, devem ser preenchidos pelos próprios interessados” (DUPÂQUIER, 1985, p 328). Essa informação é essencial; significa que o indivíduo deveria responder sozinho, na sua alma e consciência, às perguntas que lhe eram apresentadas. O momento do recenseamento torna-se, portanto, claramente íntimo e secreto, remete o indivíduo ao seu foro interior. Mas é, ao mesmo tem-

po, público, oficial, solene, já que se trata de um pedido obrigatório que emana do Estado. O recenseado responde, como se estivesse diante de um tribunal invisível, a uma pergunta sobre identidade (quem sou, do ponto de vista do Estado?). É um momento raro e surpreendente: ele nos remete àquilo que somos oficialmente, àquilo que pensamos da maneira pela qual somos percebidos, ou àquilo que imaginamos dever ser.

Dupâquier informa também que a partir de 1891 perguntavam-se os sobrenomes e prenomes: a pergunta era “quais são os seus prenomes?”⁵⁶ O indivíduo devolvia a sua folha individual e o formulário da família ao agente recenseador, como ainda se faz hoje em dia. Esse agente contentava-se em receber de volta os documentos e apenas intervinha se os elementos estavam incompletos, ou se havia partes que não tinham sido compreendidas.

Há, portanto uma interação, mas ela não estabelece uma relação entre o recenseador e o recenseado: ela tem lugar entre o recenseado e a representação que ele estabelece consigo mesmo.⁵⁷ Ela reunia Durkheim e a ideia que ele se fazia daquilo que devia ou não devia declarar. É o recenseado, por si só, que dá inflexão às suas respostas, em função das suas representações, que dependem do momento.⁵⁸

Devemos também considerar que de um recenseamento ao outro, o indivíduo não se lembra daquilo que respondeu cinco anos antes. O inconsciente social se expressa plenamente cada vez. Portanto, será necessário levar em conta, no momento de escolher os prenomes, que se coloca a cada cinco anos, ao mesmo tempo a questão do contexto e a questão do da biografia pessoal (os motivos pessoais de inclinar-se antes para *David* ou antes para *Émile*). É inútil buscar no agente (em 1901, o agente recenseador Etourneau), ou na interação com este último a chave das escolhas de declara-

ções.⁵⁹ Quando estamos tratando de declarações, como é o caso na maioria das pesquisas quantitativas, os contextos sociais e familiares desempenham um papel essencial.

Merllié (1999) mostra muito bem que isso é verdade para todas as declarações, quer se trate de atividade ou de inatividade (das mulheres), de métodos contraceptivos ou profissões. É sempre uma questão de apresentação de si e da rotulagem social, notadamente quando as perguntas remontam às origens (profissionais, por exemplo). O prenome faz parte disso. Tudo “pode interferir com os modos de apresentação de si mesmo, levando a recusar, desviar ou simplesmente controlar a informação” (MERLLIÉ, 1999, p. 159). Merllié cita um trecho dos *Heritiers* de Bourdieu e Passeron, que escreviam sobre a reserva dos estudantes em indicar suas origens sociais (sobretudo quando elas eram elevadas): “Querer ser e querer se escolher é, para começar, recusar-se a ser o que não se escolheu ser”. Esse raciocínio poderia se aplicar perfeitamente à situação presente, quando Durkheim decide que não será mais *David*, que ele não escolheu ser, em vez de *Émile*, que ele escolheu ser.

Considerando todos esses elementos, não se pode negar que existe certo problema de identidade, uma oscilação, e uma tendência no sentido de uma “supressão” da parte visível de sua identidade. Ele escolhe ocultar o seu prenome judaico, quando antes havia escolhido colocá-lo em primeiro lugar.

Os recenseamentos dos outros períodos

Quando se contam os recenseamentos realizados durante a vida de Durkheim, ele apenas pôde fazer sua declaração em 1881 (quando era interno da *École Normale Supérieure* em Paris), 1886 (sob reserva de sua presença na França), 1906 e 1911, quando voltou a residir em Paris. Omitiremos 1881, por um motivo que compreenderemos logo a seguir. Tomemos aquele de 1886:⁶⁰ ele foi recenseado em Épinal e assinalado sob seu segundo prenome, *Émile*. A questão é saber se ele foi declarado por seu pai, durante a sua ausência na Alemanha, ou se ele fez a sua própria declaração em um momento quando estava presente, em 2 rue des Forts. Em março, os biógrafos nos dizem que ele estava em Leipzig ou Berlim (de janeiro a junho, para o segundo semestre de licença-inatividade). Mas é verdade que ele pode ter passado por Épinal, notadamente para assistir ao enterro de sua cunhada (a esposa de Felix), falecida em 16 de maio. Seria necessário que o recenseamento tivesse lugar precisamente em torno dessa data, e que tenha podido preencher o seu formulário. Contudo, a hipótese mais provável é que ele tenha sido declarado por seu pai, que lhe atribuiu o prenome de *Émile* nessa ocasião, nem mesmo pensando em evocar seu prenome hebraico, que ele reservava em sua mente ao contexto religioso. De fato, concordando com isso, se observarmos a folha de recenseamento, o

Datas dos recenseamentos	situações	Local de declaração	Arquivos dos recenseamentos	Idade e estado civil	Prenomes
1881	Interno no ENS, Paris	?	?	23 anos, maior e solteiro	?
1886	Na Alemanha?	Épinal (2, Rue des Forts)	Arquivos departamentais	28 anos, maior e solteiro	<i>Émile</i>

próprio *Moïse* (o “chefe”) deixou seu nome *David* de lado e escolheu atribuir à sua esposa o prenome de Melanie (e não *Marx*, seu segundo prenome).

Resta, portanto, considerar a pista parisiense para confirmar a mudança de *David* para *Émile*. Sabe-se que ocorreram dois recenseamentos nacionais depois que ele se mudou para a capital, em 1902: aqueles de 1906 e 1911 (o recenseamento de 1915 foi postergado pela Grande Guerra). Contudo, constatamos, nos arquivos municipais, que Paris beneficiou-se de uma derrogação até 1926: não houve nenhum recenseamento, sem dúvida (é o que nos foi explicado por um arquivista), porque os movimentos da população eram grandes demais para se poder pensar em registrar qualquer coisa de pertinente a essa grande cidade. É, portanto, impossível para nós verificar qualquer coisa a respeito do nosso personagem. Nenhum traço, nenhum documento comparável pode ser usado para completar a nossa enquete sobre os recenseamentos.⁶¹

Parte III – Quatro interpretações sobre a passagem de *David* para *Émile*

Para terminar esta investigação, é necessário tentar entender o que pode ter levado Durkheim a esconder ou calar os prenomes hebraicos dos membros da sua família (escolha dos prenomes dos seus filhos em 1888 e 1892, recenseamento em 1901). É necessário tentar compreender o que pode tê-lo levado a esse “gesto” significativo.

Entre 1891 e 1901, ocorreu um número suficiente de eventos na sua vida para que ele cessasse de se referir aos prenomes hebraicos da família nos recenseamentos. Inicialmente, deve-se olhar o aspecto da sua vida pessoal, falecimentos e encargos familiares e simbólicos que eles provocaram. Também se deve considerar o aspecto do contexto sociopolítico com o caso Dreyfus, que ocorre, extra-

ordinariamente, entre esses dois recenseamentos. Tudo isso deve ser ligado a seu amadurecimento intelectual, a seu projeto de tratar sociologicamente a religião, de objetivar esse objeto tão subjetivamente investido para esse “filho de rabino”. Como, finalmente, não perguntar sobre a evolução de sua carreira e do acesso à notoriedade científica, que não pode ter sido sem consequências sobre a sua maneira de se apresentar aos outros a e si mesmo? Vamos, portanto, explorar sucessivamente esses diferentes aspectos, tentando mostrar que se transformam num sistema e convergem todos para a “substituição” de *David* por *Émile*.

(1) O contexto familiar: perda das origens e volta às origens

No plano familiar, o período entre os dois recenseamentos foi particularmente difícil para Durkheim. Primeiramente, seu pai faleceu em fevereiro de 1896, sem dúvida pouco tempo antes do recenseamento do mesmo ano (que geralmente é feito em abril). Seu cunhado Gerson,⁶² o pai de Mauss, morreu no mesmo ano, o que o confirma mais ainda na situação de pai adotivo que Durkheim tinha assumido desde 1890 em relação a seu sobrinho.⁶³ Sabe-se o que pensam Filloux⁶⁴ (1977) e Lacroix (1981) da morte do pai.⁶⁵ Evidentemente, a morte do rabino pôde atenuar o imperativo ritualista e permitir que Durkheim investisse de outra forma (por exemplo, cientificamente), na religião dos seus antepassados, sem risco de desagradá-lo.⁶⁶ Sabe-se, enfim, que perdeu sua mãe em 30 de junho de 1901, justamente na época do recenseamento seguinte. Ela era muito praticante. Sua perda certamente teve um efeito sobre o filho.

Pode-se citar o comentário proposto por Besnard (1982) a respeito das interpretações de Filloux e Lacroix.⁶⁷ Na opinião dele, “esse retorno do re-

primido religioso (o interesse intelectual pela religião) acompanha o retorno ao primitivo suposto como elementar (...) nós não temos a competência necessária para detectar as implicações psíquicas dessa busca às origens e ao primitivo. Mas certamente há uma pista a seguir nessa perspectiva psicanalítica” (BESNARD, 1982a, p. 50).

Besnard insiste nessa fase de transição. É interessante, portanto, saber que esse período é traduzido por essas variações nas declarações (representações associadas) de prenomes, para ele e para os seus. O recurso ao primitivo, ao antigo, a busca às origens, iniciados cientificamente por volta de 1894/1895 (o curso sobre as religiões primitivas), e, depois, o início da publicação de *L'Année sociologique* (1896/1897), correspondem à perda das origens (morte do irmão mais velho, do pai, do cunhado, e depois da mãe) e se traduzem subjetivamente pelo abandono do prenome das origens (do pai e do avô). Existe, sem dúvida, uma relação direta entre o desinvestimento do prenome original (o do prenome do pai, dos judeus, do “bem amado de Deus”) e o investimento científico nas origens: o método etnológico, as pesquisas sobre as formas “elementares” do religioso, sobre as religiões “primitivas” e o totemismo.

(2) O caso Dreyfus: as ressonâncias íntimas de um envolvimento público

Entre o recenseamento de 1896, em que Durkheim ainda usa o prenome *David*, e aquele de 1901, no qual ele pende para *Émile*, o caso Dreyfus passou por lá, com o conhecido envolvimento público do sociólogo. O sobrenome de sua esposa era Dreyfus e mesmo se, ao contrário do que escreveu Birnbaum (2006), não houvesse laço de parentesco com o célebre capitão,⁶⁸ essa homonímia certamente não os deixou indiferentes, nem às manifestações

de antissemitismo violentas tanto em Bordeaux como em Épinal.⁶⁹ Pode-se, portanto, pensar que o prenome hebraico se tornou um estigma, a tal ponto que teria sido melhor abandoná-lo. Mas isso seria conhecer pouco a respeito de Durkheim, que não era medroso, como o atestam certos episódios que o mostram, ao contrário, como corajoso.⁷⁰ Certamente não teria renunciado a usar o prenome *David* por covardia, tanto mais que o recenseamento é um ato obrigatório, mas sigiloso. Ele poderia pensar que os judeus eram “párias que servem de vítimas expiatórias”, como ele escreveu, justamente entre os dois recenseamentos (DURKHEIM, 1899); isso certamente não era motivo para abandonar seu prenome.⁷¹

Deve-se considerar, sobretudo, que Durkheim se envolveu no combate em favor de Dreyfus, adotando publicamente uma postura universalista “de intelectual”. Considerando a sua resposta a Brunetière, célebre inimigo de Dreyfus, virulento e crítico literário temido (resposta também publicada entre os recenseamentos de 1896 e 1901 (DURKHEIM, 1898), não era pertinente, do ponto de vista universalista que ele adotara na sua alma e consciência, assinalar o laço entre o seu judaísmo privado e esse caso público (nem a *fortiori*, entre sua mulher, uma Dreyfus, e o capitão). Singly evoca, sobre esse assunto, o que denomina de “individualismo abstrato”, bem representado nessa circunstância. Esse individualismo emerge, fundado sobre os princípios universais, “instituições holistas”: a República e seus valores: “Para ter acesso à cidadania, ao saber, à Razão, o indivíduo tem o dever de marcar suas distâncias em relação à sua religião, à sua família e à sua origem geográfica” (SINGLY, 2005, p. 64).

Birnbaum trabalhou muito esse aspecto, mostrando que os judeus frequentemente haviam estado dispostos a renunciar, conscientemente ou não, num movimento intencional de assimilação, às

suas raízes culturais, religiosas, para manifestar a sua adesão sem reserva (cultural) aos valores universais da República.⁷² Ora, o prenome *David* é objetivamente uma marca de particularismo (hoje em dia se diria de comunitarismo) e Durkheim decide renunciar a ele em seu foro interior, em 1901, quando terminou o caso Dreyfus.⁷³ É, portanto, o último bastião que cai, em suma, quando ele “abandona” o *David* que está nele. Sem dúvida, no caso Dreyfus ele encontrou recursos intelectuais, ao mesmo tempo circunstanciais e gerais, argumentos ao mesmo tempo públicos e internos, para abandonar essa marca que o ligava ao particularismo das suas raízes, ao judaísmo ancestral.

Essa postura universalista que ele desenvolve também no amor à ciência, como veremos mais adiante, está presente em sua concepção do Estado e dos funcionários, corpo ao qual ele pertence desde sua entrada na *École Normale Supérieure*.⁷⁴ Birnbaum (1976) pôde sublinhar que Durkheim acreditava na existência de um corpo totalmente dedicado à causa pública: “Para ele, o Estado é um grupo de funcionários *sui generis*, isto é, despidos de todas as características sociais, não pertencendo a nenhuma classe ou casta, e que se identificariam unicamente com as suas funções.” (BIRNBAUM, 1976, p. 252). Esses homens não têm interesses específicos, nem vínculos particulares e “esses agentes devem conservar até mesmo na sua vida privada as obrigações ligadas ao exercício de sua função” (BIRNBAUM, 1976, p. 255). Birnbaum mostra que Durkheim pode ter se sentido constrangido, durante o caso Dreyfus, com esse “homem duplo”, ao mesmo tempo representante do interesse geral e cidadão, homem privado que pertence a certos grupos. Mas, apesar disso, concebia que “assim como o funcionário deve esquecer a sua consciência, o homem, para se tornar um puro instrumento da consciência clara do Estado, e igualmente o cida-

dão, deve sempre calar a sua função quando atua no quadro de sua vida privada”. Birnbaum, contudo, não está muito convencido por esse “homem estranho sem qualidade que assim se torna o cidadão-funcionário no decorrer da sua vida privada e que não parece corresponder a qualquer realidade sociológica.” (BIRNBAUM, 1976)

Talvez se devesse acrescentar, a respeito do episódio do caso Dreyfus, que ele foi para Durkheim o momento do seu engajamento em uma causa, e, portanto, a ocasião em que ele se tornou uma personalidade pública, ou aceitou a notoriedade através dessas posições, paralelamente à notoriedade científica que construía simultaneamente por outros canais. Nesse sentido, *Émile* poderia bem ser o prenome do renome, da pessoa pública, que ele autoriza a declarar nas “margens” das declarações sigilosas dos registros de recenseamentos populacionais. Durkheim se viu progressiva e subjetivamente como o personagem público conhecido sob o prenome de *Émile*. Nessas condições, *David* não tinha mais lugar.

Contudo, à maneira de Besnard (1982a), que a põe em prática a propósito do conceito de anomia e de elucidação dos momentos da ruptura intelectual de 1895, devem-se multiplicar os ângulos e procurarem-se os elementos convergentes do lado da “biografia pessoal e dos eventos da biografia intelectual” (BESNARD, 1982, p.50). A referência a Besnard, neste ponto, é tanto mais importante porque ele focaliza sua investigação no período de 1895-1897, o famoso período de transição, que diz respeito também aos prenomes, se julgarmos pelos recenseamentos que o circundam (1891 e 1901), depois considerar (no recenseamento de 1896) o próprio cerne desse problema identitário, “o período mais anômico”, nos planos doméstico e intelectual da vida de Durkheim, segundo esse grande especialista.

(3) A evolução intelectual de Durkheim e a “revelação” de 1895. Do prenome subjetivo ao prenome objetivo

Sabe-se que Durkheim decidiu investir cientificamente no objeto religioso por volta de 1895. Os biógrafos e especialistas atuais frequentemente insistem nisso, mesmo que não façam todos a mesma análise, nem tenham todos o mesmo distanciamento em relação ao único e breve texto autobiográfico feito por Durkheim em resposta a um artigo de Simon Deploige, publicado na *Revue Neo-scholastique* (DURKHEIM, 1907/1915, vol. 1, p. 404, retomado em Besnard, 1982a, p.50).⁷⁵

Em 1894/1895, Durkheim ministra um curso completamente novo sobre a origem da religião. “Após esse curso, ele continua a apresentar-se sob o prenome de *David* ao agente recenseador”.⁷⁶ Em 1901, quando ele para de declarar-se dessa forma, professou uma segunda vez sobre “as formas elementares da religião” (1900/19901) outro curso que não o satisfaz.⁷⁷ Entre essas duas datas, além disso, publicou vários textos importantes sobre religião que apareceram em *L'Année sociologique*, uma revista à qual ele se dedicou de maneira quase exclusiva a partir de 1896/1897, lendo dezenas de obras sobre a religião dos povos “primitivos”.⁷⁸ No primeiro número, publicado em 1898, escreve sobre a proibição do incesto. No segundo número, de 1899, publica um artigo mais curto sobre a definição dos fenômenos religiosos (sem falar das contribuições de Hubert e Mauss sobre o sacrifício). Por volta de 1901 ele redige o artigo sobre totemismo que aparece no número 5 (1902), de *L'Année sociologique*, antes de instalar-se em Paris, para onde fora nomeado no início do ano letivo de 1902/1903.

É, portanto, interessante ler esse duplo movimento: à medida que ele investe *cientificamente* no religioso (movimento de objetivação), desinves-

te no marcador pessoal de sua identidade religiosa (movimento de dessubjetivação), impelido por um tipo de ‘pulsão’ de neutralização axiológica. Pode-se citar, sobre esse assunto, *Les Règles de la Méthode Sociologique*, embora tenham sido publicadas pela primeira vez em 1894. Aqui ele opõe as regras científicas às crenças religiosas e desenvolve o que entende por objetivação científica (“considerar os fatos sociais como coisas”, a partir de fora): “É necessário que a sociologia passe do estágio subjetivo, que ainda não ultrapassou, para a fase objetiva”. (DURKHEIM, 1894/1895, 1988, p. 123). Mais adiante acrescenta, após ter contestado o ponto de vista de um representante das ciências judaicas, Darmesteter, que atacava aqueles que queriam fazer uma ciência das religiões sem ter uma consciência religiosa: “O sentimento (religioso) é o objeto de ciência, não o critério da verdade científica” (DURKHEIM, 1894/1895, 1988, p. 127). Vê-se que ele contrapõe aqui, claramente, o sentimento religioso à objetivação científica do religioso. Acrescento que ele contrasta talvez, em um plano íntimo, o prenome subjetivo (*David*) ao prenome objetivo (*Émile*); ou, em outras palavras, o prenome religioso ao prenome científico. A minha interpretação é, portanto, a seguinte: ao abordar científica e conceitualmente o religioso, Durkheim coloca entre parênteses o sentimento religioso.

Além de considerar sua intenção de objetivar os fenômenos religiosos, é necessário perguntar-se como ele fez isso. Pode-se aqui avançar de duas maneiras. Para começar, explicando tudo pelo religioso (e, assim, não o social, no seu raciocínio), desde 1897:⁷⁹ tudo tem origem no religioso, inclusive a ciência à qual ele escolheu dedicar-se. Na sua resenha da obra de Lévy-Bruhl, Durkheim escreveu, quinze anos depois: “O pensamento religioso e primitivo, por um lado, o pensamento científico e moderno, de outro, se oporiam como dois opos-

tos (...). Nós estimamos, ao contrário, que essas duas formas de mentalidade humana, por diferentes que sejam, nasceram uma da outra e são dois momentos de uma mesma evolução” (DURKHEIM, *L'Année sociologique*, XII, 1912, p. 35).

A seguir, um dos seus últimos artigos aborda o problema da “natureza religiosa do homem” (DAVY, 1960b, p. 10). Ele já introduzira as *Formes élémentaires de la vie religieuse* com uma nota sobre o mesmo tema, explicando a sua motivação: “Compreender a natureza religiosa do homem, isto é, revelar um aspecto essencial e permanente da humanidade” (DURKHEIM, 1912, nota 2).

Já que tinha atingido a convicção de ter demonstrado que o fenômeno religioso era geral, pois fazia parte da “natureza” do homem, que ele representava como a matriz de todos os fatos sociais, sem dúvida não lhe pareceu mais essencial ligar-se pessoalmente a uma religião específica, própria aos seus antepassados singulares.⁸⁰ Ao reconhecer a natureza religiosa do homem (nível objetivo), ele se autoriza a colocar entre parênteses as suas origens (nível subjetivo). Nesse sentido, pode-se ler o trecho do artigo de 1914 se quisermos considerar que ele evoca ao mesmo tempo o seu vínculo pessoal com o judaísmo (*David*) e seu ímpeto no sentido do lado universal e geral (e impessoal) da ciência (*Émile*): “Ao buscar estudar sociologicamente os fenômenos religiosos, fomos levados a perceber um modo de explicar cientificamente uma das particularidades mais características de nossa (*sic*) natureza”. (DURKHEIM, 1970, p. 315).⁸¹ A ciência permite passar da sensação e da imagem ao conceito, que tem uma força impessoal e coletiva muito superior.⁸²

(4) *Émile* ou o prenome do renome

Além do seu engajamento no caso Dreyfus, que o transforma em personagem público, além dos lu-

tos familiares, que o separam das origens, além do nível avançado de suas elaborações conceituais, que lhe permitem objetivar o religioso, é necessário evocar, finalmente, o reconhecimento profissional⁸³ e o efeito “psicológico” produzido por suas publicações. Entre 1896 e 1901, Durkheim publica três obras discutidas em revistas científicas, escreve grande quantidade de artigos que aparecem aqui e acolá, e afirma publicamente seus princípios metodológicos, as suas orientações teóricas e empíricas. *L'Année sociologique*, que ele dirige e que é publicada a partir de 1898, dá-lhe acesso a uma reputação científica sem igual no campo das ciências sociais. Ele tem a oportunidade de afirmar suas ideias, seu nome, e, como se vê, seu segundo prenome. *Émile* não é mais apenas o prenome de uso, que tinha a dupla propriedade de ser “para os outros” e ser superficial (enquanto que *David* era mantido em segredo e supostamente representava o eu íntimo). *Émile* torna-se o prenome em que ele investe subjetivamente, que se torna ao mesmo tempo para si e para outro. De certa maneira, pode-se dizer que, a partir de 1901, “ele é somente *Émile*”.⁸⁴ Sua reputação científica o conforta numa posição em que ele se fez um *prenome* associado ao seu *renome*. *Émile* é o prenome do professor de sociologia, autor de uma obra *in progress*, que se torna um personagem público sob muitos aspectos. A partir de 1901, o *prenome do renome* derrota a tradição,⁸⁵ temos uma prova formal disso graças aos registros de recenseamentos de Talence e Bordeaux.

Resumindo nossas conclusões sob uma forma mais estruturalista, pode-se dizer que os dois prenomes remetem a diferentes pares de oposição: pai/filho; origem/atualidade; pessoal/geral; subjetivo/objetivo; privado/público; desconhecido/renomado; religioso/científico. Apresentados de outra forma, como quadro, temos o seguinte:

	Esfera familiar			Engajamento público			Esfera científica	
<i>David</i>	pai	original	judeu	privado	individual	subjetivo	desconhecido	religioso
<i>Émile</i>	filho	atual	laico	público	geral	objetivo	conhecido	científico

Conclusão

A partir de alguns elementos objetivos (a escolha dos prenomes dos filhos, as declarações voluntárias dos prenomes no recenseamento), pode-se chegar a um aspecto da identidade subjetiva de Durkheim sem correr o risco de exagerar na interpretação, de entrar “em uma hermenêutica sem prova”, como dizia Weber. Quando Durkheim escolheu não inscrever o seu filho no ramo paterno através da escolha dos prenomes, quando ele para de declarar que se chama *David* no recenseamento de 1901, ocorre certamente no seu foro íntimo a manifestação de um problema, de um questionamento, se não de uma oscilação de identidades na sua relação com o judaísmo e com sua judeidade.

Se, como demonstramos, as coisas vão no sentido geral de um distanciamento em relação à religião dos seus antepassados entre 1888 e 1901, nada permite, contudo, dizer que é definitiva. É um meio-termo provisório, uma solução transitória, como toda resposta (em parte inconsciente) aos problemas íntimos que se apresentam na consciência em determinado momento da vida, devido a diferentes contextos. No final de sua existência, como insiste Birnbaum (2004), Durkheim será levado a se preocupar com o destino dos judeus estrangeiros refugiados na França e passará um tempo vendo “somente judeus” e não apenas intelectuais, colegas ou atores engajados no caso Dreyfus. Ele ligará seu tempo e seu destino àquele dos milhares de judeus comuns. Se sentirá até mesmo “ju-

daizado” nas praias de Biarritz (FOURNIER; BERNARD, 1998), depois de ter perdido seu filho, no momento em que não poderia mais haver transmissão. Chamado de volta à sua identidade judaica (entre outros) pelo desaparecimento do seu filho, comparado por alguns a um “estrangeiro” (o episódio Gaudin de Villaine no Senado, em 1917), pela “magia” do antissemitismo obstinado e obsessivo de uma parte dos habitantes da França, a oscilação de identidade chega no seu ponto máximo. Se tivesse havido um recenseamento em 1915 (anulado por causa da guerra e, de qualquer forma, submetido à derrogação parisiense), não é certo que ele não teria escolhido chamar-se novamente *David*. O que deve permanecer dessa enquête é o problema de Durkheim em relação àquilo que diz respeito à sua herança cultural e religiosa a partir do seu casamento e de sua nomeação para a Faculdade de Bordeaux. Nada permite dizer, por outro lado, que Durkheim havia rompido definitivamente com o judaísmo. Não foi ele enterrado no cemitério de Montparnasse na “quadra judaica”, com uma inscrição gravada em hebraico sobre a pedra do seu túmulo? Mas ainda essa vez é difícil saber se esse sepultamento religioso foi sua última vontade, uma última escolha, ou se isso foi imposto de fora, como um fato social. “Frequentemente, consente-se a ritos por motivos que nada têm de religiosos” (DURKHEIM, resenha da obra de Fournier de Flaix, *Année Sociologique* 6, 1903, p. 550).

NOTAS

1 Esta frase é tomada voluntariamente na sua literalidade, extraída do seu contexto, em um momento das *Règles de la méthode sociologique* (DURKHEIM, 1894/1988), na qual Durkheim raciocina subitamente na primeira pessoa, o que o leva a dizer “eu”, mas no sentido genérico. É possível divertir-se ao tomá-lo pela palavra e ouvi-lo falar de si na primeira pessoa, quando ele parte para o “eu geral”. Esse jogo não é completamente arbitrário, se quisermos considerar, em primeiro lugar, que ele não escolheu esse exemplo por acaso e, em segundo lugar, que o uso dessa fórmula retórica não era obrigatório naquele tempo.

2 Durkheim, *Année Sociologique* 4, 1901, p. 444, sobre o livro de Fouillée, *La France au point de vue moral*. Alcan, 1900. Ele fala aqui em seu próprio nome, tomando como pretexto a obra de Fouillée para dar a sua opinião.

3 Françoise Zonabend, historiadora e demógrafa, especialista em prenomes, termina assim um dos seus artigos (2001, p.48): “Estas poucas anotações mostram toda a riqueza que está contida nesse prenome. Ao mesmo tempo termo classificatório, sinal distintivo de uma posição parental ou social, símbolo de uma identidade psicológica, questões de crenças, o prenome se presta a leituras múltiplas. Mas, não se duvide, ele transmite sempre uma mensagem que convém descodificar, conforme as épocas e culturas.”

4 Faço alusão à citação de Weber: “a ciência transforma aquilo que é evidente por convenção em um problema” (WEBER, (1917), 1965). Recentemente, encontrei uma citação de Durkheim numa resenha das obras de Fouillée, Belot e Landry (*Année sociologique*, 1907, p. 360) que retoma exatamente a mesma ideia: “o papel da física dos costumes é descobrir os problemas lá onde a pessoa comum (apenas) vê evidências”.

5 Num artigo anterior (BÉRA, 2011), apresentei toda a “documentação” sobre esse assunto, embora nele eu insistia menos na sociologia dos prenomes do que neste texto.

6 Esse fato não foi confirmado, como comenta Gilles Grivel, que me mandou a cópia do registro de nascimento (ver BÉRA, 2011). O nome Durckheim não está escrito em nenhum lugar.

7 Fournier participou na organização do colóquio *Durkheim, une jeunesse lorraine*, de Épinal, em 2008, no decorrer do qual numerosas conferências apaixonantes (notadamente aquela de Simon Schartzfuchs) foram a oportunidade de entrar mais fundo na questão da “produção do habitus” e da socialização primária de Durkheim.

8 Nem Nisbet (1965) nem La Capra (1972) mencionam isso.

9 Filloux (1977) especifica que esse “fato” lhe foi confirmado por sua própria investigação de história oral, através do testemunho de Lévy-Bruhl.

10 Lahire escreve (2010, p. 155) a respeito de Kafka (que ele compara a Wittgenstein): “Recomeçando a partir do zero como o pai, provando como ele a sua capacidade de ruptura e independência, Ludwig (Wittgenstein) é muito mais fiel ao pai que seus irmãos e irmãs, que aceitam a herança (material). Ludwig se mostra fiel às suas disposições, mais do que ao produto final de um trabalho encarnado.”

11 Teria havido então, à maneira pensada por Lahire sobre Kafka, “uma herança sem herdeiro” (LAHIRE, 2010, p. 299). Lahire refletiu sobre transmissões que não ocorreram (Kafka não se tornou o comerciante que seu pai teria desejado): “Diferente da transmissão de um patrimônio material que pode ser operado independente do sentimento do beneficiário sobre o assunto, a transmissão cultural deve basear-se na vontade ou no desejo do herdeiro de herdar (...). Todavia, se é possível dizer metaforicamente que o herdeiro recusou a herança, não se deve ver nisso o produto de uma vontade consciente, mas sim o resultado de uma situação globalmente desfavorável.” As biografias frequentemente atribuem a Durkheim a escolha de não ter se tornado rabino, imaginando às vezes um conflito com o seu pai (e por não encontrar provas, apostando na natureza inconsciente...). Outros preferem considerar que o pai não desejou que o seu filho se tornasse rabino como ele. Por bondade de alma ou de coração, certamente, pelo bem do seu filho, sem dúvida, mas talvez também para não ter um concorrente incômodo. Tudo é frequentemente ambivalente nas relações pai/filho.

12 Besnard (1982b) não se opõe, realmente, às interpretações psicanalíticas de Filloux e Lacroix. Por outro lado, ele sublinha um grande número de imprecisões cronológicas no trabalho do segundo.

13 O qual não conheceu seu avô, conhecia-o apenas através de sua mãe, que foi muito pouco prolixa sobre ele. Segundo Mestrovic, a filha de Durkheim teve um relacionamento difícil com a memória do pai por motivos que ele não desenvolve (apenas os sugere), mas que a psicanálise pode esclarecer. Quando se sabe que Durkheim “morreu de tristeza”, pouco tempo após a morte do filho, pode-se imaginar o que significava essa verdade para a filha mais velha. Havia motivo para se sentir decepcionada com o pai e não desejar (inconscientemente) manter sua memória ou prolongar uma transmissão que talvez não tenha ocorrido entre ela e o pai. Todos os filhos de Marie, da família Halphen, tiveram uma relação com o seu ilustre avô filtrada por uma mãe ferida, que não fez grande coisa (na verdade, nada) para depositar, proteger, arquivar os documentos pessoais de Durkheim entre a sua morte (1917) e a evacuação precipitada de sua casa em 1943 (em Paris, *XVIème arrondissement*). Esse “esquecimento” é significativo, como escreveu Mestrovic. Pode significar também que ela sempre quis guardar para ela e em sua casa os documentos pessoais do pai. Uma vingança que ela teria realizado, em suma, para guardar um pouco do pai íntimo que, em verdade, nunca lhe pertenceu.

14 O pai de Durkheim, nascido em 1804, cujo pai fora mestre-escola e rabino, obteve o título de Doutor em Teologia em 1830, e possivelmente, ambicionava para si uma carreira intelectual na capital. Não tendo realizado isso (por falta de meios?), dedicou-se ao comércio e depois postulou o rabinato, beneficiando-se do decreto de 1831. Não é absurdo considerar que Durkheim realizou o projeto do pai ao cursar a *École Normale Supérieure* em Paris e, a seguir, ao postular a universidade. O desejo do pai não era, assim, tanto ter um filho rabino, e sim ter um filho intelectual secular, filósofo da República.

15 De acordo com os trechos sobre “a angústia da castração” de Durkheim, em Lacroix (1981).

16 Besnard (1982) observa, ingenuamente, que nem Filloux nem Lacroix têm o título de sociólogo: o primeiro pertence às ciências da educação, o segundo à ciência política.

17 Veremos mais adiante que esse fato poderia ser confirmado (entre outros elementos) quando o pai assinala

a presença do seu filho, então na Alemanha, sob o único prenome de *Émile* no recenseamento de 1886 em Épinal.

18 Contudo, Birnbaum inverte a ordem dos prenomes do registro civil, como fizera Fournier em 2007, sem dúvida para ilustrar sua tese: Durkheim “secundarisou” suas origens hebraicas, escolhendo, se não renegá-las, pelo menos negá-las.

19 É verdade que Birnbaum leu os trabalhos de Greenberg (1976) e Mestrovic (1988), os quais não mudaram visivelmente a sua convicção. Isso não era autoevidente, pois em sua resenha da obra de Filloux ele escreveu: “poder-se-ia acrescentar àquelas que acabam de ser evocadas, a interpretação psicanalítica do judaísmo de Durkheim que conduz o autor a qualificá-la meio rapidamente como “Moisés sociólogo” (BIRNBAUM, 1979, p. 304).

20 Esta não é a versão proposta por Fournier que, ao contrário, mostra que Mauss ostentou seu prenome hebraico e sua filiação com o antepassado Rabino *Israel* no pior momento possível: quando o regime de Vichy exigia certificados de “origem francesa”.

21 Derivado do verbo *to hide*, “esconder”.

22 O tema da culpabilidade reaparece frequentemente nas narrativas dos biógrafos de Durkheim. Como ele teria recusado a herança do pai, teria sido trabalhado por uma culpabilidade inconsciente. Como escreveu Lahire, mais uma vez a respeito de Kafka: “ele decepcionou as expectativas paternas e rompeu de certa maneira com seu pai. Ora, toda ruptura marca aquele que rompe. Toda oposição à herança paterna deixa traços no filho: traços de combate contra o pai dominante” (p.154).

23 Derczansky (1990) supõe que essa apelação se deveria à vontade assimiladora da mãe. Sua tese foi rejeitada por Pickering, embora ele não tenha apresentado nenhuma prova disso.

24 O decreto de Napoleão, de 1808, coloca as populações de confissão israelita sob as normas administrativas do Império.

25 Derzansky (1990, nota 1, p.160) escreveu: “é à mãe que ele deve a prioridade dada ao prenome *Émile* em lugar do

primeiro prenome *David*. Frequentemente na história judaica, as mulheres estiveram na vanguarda da assimilação." A demografia histórica permite evitar este tipo de conjectura lembrando que o uso dava ao segundo prenome (na ordem do registro civil) o prenome de uso diário (DUPÂQUIER, 1987).

26 Cf. as comunicações de Philippe Alexandre sobre os anos de escola secundária de Durkheim no colóquio de Épinal, em 2008.

27 Penso notadamente no inventário, após o falecimento do pai de Durkheim (terça, 7 de abril de 1896, às 10 horas da manhã em Épinal, 2 rue des Forts). Agradeço a Gilles Grivel por ter me comunicado essas peças, que são apaixonantes sob muitos aspectos. Remeto ainda a meu artigo de 2011 (BÉRA, 2011) para reproduções desses documentos.

28 Jacques Lacan, *Séminaire XXI, Les non-dupes errent*, 1973-1974. Para uma genealogia completa e sucinta dessa noção fundamental em Lacan, ver Assoun, 2003, capítulo 3 "Du nom du père au symbolique".

29 Foi Bernard Lyon-Caen que me incitou à prudência. Ele sempre se recusou a aceitar as teses que remetem à escolha e ao abandono, ou à inversão dos prenomes. Até mesmo escreveu a Filloux para perguntar-lhe quando Durkheim teria decidido abandonar o seu prenome judeu; não obteve resposta, evidentemente. Foi ele que me remeteu a Dupâquier (1987) e à demografia histórica.

30 Nós chamamos de geração -1 aquela dos pais de Durkheim, geração 0 (zero) aquela de Durkheim e geração +1 aquela dos seus filhos.

31 Para sermos exatos, pode-se mencionar o seu preâmbulo a uma comunicação sobre a sociologia dos prenomes (BESNARD, 2003, capítulo 22, que apareceu pela primeira vez em 1991), onde lembra, por sua vez, que Durkheim tinha dois prenomes. Escreveu o seguinte: "*David* era o sinal de sua identidade judaica (característica perdida por esse prenome na França nos anos 1970) e era, além disso, o segundo prenome do seu avô paterno Israel. *Émile*, prenome para uso externo que se tornou seu prenome usual, começou a entrar em moda após os anos 1830-1840. (...) Durkheim, que se distanciou completamente do judaísmo, deu a seus filhos os nomes de

Marie (escolha conformista à época) e André, igualmente uma escolha conformista embora um pouco adiantada em relação à moda" (BESNARD, 2003, p.355). Nesse trecho, Besnard dá o aval à tese de mudança (voluntária? o modo passivo é utilizado prudentemente) de prenome por essa fórmula que eu sublinhei. Na nota biográfica que redigiu, sem dúvida alguns anos depois para o *Dictionnaire de la pensée sociologique* (BESNARD, 2005, PUF, p. 195 – sabendo-se que ele faleceu em 2003), intitulada "*Durkheim Émile David, 1858-1914*" (*sic*), onde ele também escolheu não retomar a ordem dos prenomes do Estado Civil, volta a esses dois prenomes. O primeiro parágrafo ainda nos interessa: "Durkheim nasceu em Épinal, filho e neto de rabinos. Uma família que se preocupava com a integração, fato testemunhado pela escolha de prenomes de uso que não são de origem hebraica; o irmão mais velho de *Émile* se chama Félix, e as irmãs Celine e Rosine (...). Ao contrário de uma lenda tenaz, nada prova que o jovem *Émile* tenha sido ou tenha se destinado ao rabinato". Desta vez, Besnard não subentende mais nada sobre *David* e deixa entender que *Émile* sempre teve esse prenome, mesmo jovem, porque seus pais se preocupavam com a integração. A tese de Greenberg (1976), parcialmente retomada por Pickering (1984) e integralmente por Mestrovic (1988), parece tê-lo convencido também.

32 Há um número especial da *Revue européenne des sciences sociales* (2004, XLII-129), dedicada a Philippe Besnard, no qual se insiste sobre os seus dois focos de interesse sociológico: Durkheim e os prenomes. Nenhum contribuinte desse número temático, contudo, propôs uma sociologia dos prenomes de Durkheim.

33 As datas dos filhos são mencionadas na pequena árvore genealógica de *Lettres à Marcel Mauss* (FOURNIER; BESNARD, 1998, p. 3). As duas irmãs de Durkheim tiveram prenomes ao mesmo tempo relativamente pouco disseminados e não hebraicos; Rosine aparece 48 vezes e Céline uma centena de vezes na enquete de Dupâquier.

34 Alguns escrevem que talvez ele não tenha sido "*désiré*" (desejado), ao contrário do mais velho cujo prenome era *Désiré* (nasceu após oito anos de casamento). Quando *David Émile* nasceu, seu pai já tinha 54 anos de idade e sua mãe, nascida em 1820, 38 anos. Ela casou-se jovem, menor de idade, aos 17 anos, por um pai comerciante, de

57 anos. Todos esses elementos aparecem na certidão de casamento (16 de agosto de 1837, Épinal) que me foi referida por Gille Grivel, ao qual ainda agradeço.

35 O funcionário de Registro Civil pode ter escrito *Moyse*, mas isso não o impediu de assinar Moise ao pé do documento, como atestam a sua certidão de casamento (1837) e a certidão de nascimento de Durkheim. Ele tinha mesmo uma bela assinatura, inserindo simbolicamente o M. dentro do D de Durkheim. Haveria muito a dizer também sobre a caligrafia de Durkheim, que fazia os seus D (que iniciam *David* e Durkheim) como velas de barco enfunadas pelo vento que vem de trás. Contudo, não tendo nenhuma competência grafológica, não me aventurarei mais longe por esse caminho – sei também o mal que essa pretensa ciência causou a Dreyfus quando Bertillon pai quis confundir o capitão.

36 Seu prenome era às vezes ortografado *Moyse* (versão oficial nos documentos notariais ou de registro civil).

37 Deve-se acrescentar que isso poderia ter reforçado os desenvolvimentos de Filloux e Lacroix, que dão tanta importância à relação pai/filho e à leitura psicanalítica dessa diáde. Ao abandonar *David*, Durkheim abandona o prenome do pai e mata (simbolicamente) o pai.

38 Não é um aspecto especificamente judeu. Marie-Noelle Denis (1984) menciona que de 26% das crianças que tinham o prenome dos pais na Alsácia rural no século XIX, 87% são de primeira ordem. Ela também fez a conta de que 15% das crianças tinham o prenome de um avô: 26% são primogênitos, 41% são segundos filhos e 23% terceiros filhos.

39 Essa transmissão foi de fato interrompida com *Émile*, que não deu a seu filho nem o nome *André-David*, nem *André Émile*. Durkheim tanto foi o filho que terminou com a tradição do rabinato, embora tivesse o prenome do pai, como procurou fazer do seu filho um prolongamento exato de si mesmo, educando-o (ele e/ou sua mulher) em casa até a escola secundária, apoiando-o nos estudos que o levaram, como o pai, à *l'École Nationale Supérieure*, ao concurso de professor em filosofia, 32 anos após seu próprio concurso (1882 para ele, quando tinha 24 anos de idade; 1914 para André, aos 22 anos). Estava escrito em algum lugar que André seria sociólogo, sem que fosse

necessário dar-lhe um dos prenomes do pai.

40 Chega a 5.000 crianças por ano em 1900. Pode-se também ligar o segundo prenome de Durkheim ao do *Émile* de Rousseau, filósofo do Iluminismo, que *Moise* certamente lera e apreciara, que trouxe uma reflexão original sobre a educação. Durkheim, como seu pai, foi de fato, antes de tudo um educador, um pedagogo, encarregado de transmitir saber às gerações seguintes. *Émile* talvez fosse educador no espírito de Moise? Pode-se dizer que Durkheim conseguiu mais do seu pai sonhou, tornando-se professor e especialista em ciências da educação (sabe-se que ele ministrou até mesmo um curso sobre Rousseau).

41 50.000 Marie em 1900!

42 O prenome da mulher de Durkheim, *Louise*, também era muito comum (DUPÂQUIER, 1987, p. 107, quadro 7): entre 1860 e 1869 esteve em segundo lugar nos nomes mais frequentes, depois de Marie. Ao longo do século XIX (gráfico p.110 da mesma obra), é um dos cinco que sempre apareceu entre os dez primeiros, com Jeanne, Anne e Marguerite, o que confirma que os seus pais estavam muito afastados do judaísmo e engajados em um movimento de assimilação. Seu segundo prenome, *Julie*, está na lista dos 10 primeiros daquele decênio. Nada se sabe sobre as circunstâncias e apresentações entre Durkheim e sua mulher, que tem 21 anos (oito anos menos do que ele) quando se casam em Paris. Sobre seu casamento, pode-se ler o artigo bem documentado de Charles (1984). Ele, filho de rabino, ela filha de empresário, sem dúvida muito afastados da religião, se entenderam muito bem sobre esse aspecto da não educação religiosa dos seus dois filhos. Ao contrário da mulher de Freud (que se exasperava com isso), Louise não tentou manter, apesar do marido, certos ritos religiosos.

43 Sabe-se que na virada entre o século XIX e XX o uso se inverteu: o primeiro prenome no registro civil tornou-se o prenome de uso. Como lembra Besnard (1984), Zonabend (1980) faz remontar à primeira guerra mundial (e, sem dúvida, um pouco antes, aqui) a separação entre o primeiro prenome, que passa a ser escolhido pelos pais segundo seus "caprichos" ou a moda. É nos prenomes seguintes que se faz um esforço para manter as tradições ou evocar a lembrança de certos antepassados.

44 Teria sido interessante conhecer a reação dos avós àquilo que poderia ter sido interpretado como um gesto mal educado dirigido à tradição, ou uma provocação. Moise tinha 84 anos, mas ainda foi o Grão Rabino dos Vosges, por mais dez anos.

45 Segundo Marcel Fournier (comunicação pessoal), Armand seria o prenome do tio materno. Ao fixar o filho no ramo materno da família, sem dúvida muito afastado do judaísmo, no qual não havia nenhum antepassado rabino, temos uma confirmação das motivações dessa escolha: o filho de rabino não quis inscrever seu filho numa linhagem de rabinos.

46 É provável também que ele não tenha sido circuncidado. Fournier não conseguiu obter informações exatas sobre esse assunto, nem sobre um possível *Barmitzwah* do filho do sociólogo. Sabe-se apenas que Marie não teve casamento religioso, a pedido de seu pai, e apesar da desaprovação da irmã mais velha dele, que talvez não tenha assistido ao casamento.

47 “Os únicos prenomes que culminam no último decênio são Albert, André, Georges, Léon, Maurice, Paul e René” (DUPÂQUIER, 1987, p. 119). Isso caracteriza muito bem o estado de espírito dos pais.

48 Durkheim não viveu em Bordeaux de 1887 a 1897, e sim em Talence, uma cidade separada de Bordeaux pelo Boulevard de Talence (BÉRA, 2009).

49 Como Durkheim era do mês de abril, é difícil saber exatamente a sua idade, com a aproximação de um ano às datas de recenseamentos, muitas vezes realizados entre março e junho.

50 Sabe-se também que ela assinou *Louise* na sua certidão de casamento, na qual aparece muito bem a ordem dos seus prenomes: *Louise Julie*. Agradeço a Bernard Lyon-Caen de me ter fornecido essa peça.

51 O caráter contralógico dessa escolha permite suspeitar que lá se tratava mesmo de um ato motivado e consciente. Cada indivíduo (Cf. lista dos outros casais que aparecem no extrato dessa página) foi visivelmente incitado a dar apenas um prenome, embora o uso reservasse vários, como continuamos a fazer hoje.

52 Refiro-me aqui a Carlo Ginzburg (2011), que remete ao historiador de arte Morelli (por volta de 1875), segundo o qual ‘os fatos marginais são reveladores, porque constituem os momentos em que o controle do artista se relaxa para dar lugar a traços puramente individuais que lhe escapam sem que ele se dê conta disso’. Segundo Morelli, é nos sinais involuntários que se encontra o traço mais certo da individualidade do artista. Para Ginzburg, as disciplinas qualitativas, inclusive o conhecimento histórico, são “indiretas, indiciárias e conjeturais”. Esse é realmente o domínio do nosso artigo. Nas dobras de um registro de recenseamento talvez não se tenha colocado o melhor índice daquilo que poderia ser, no caso mais íntimo, a relação entre Durkheim e o judaísmo dos seus antepassados.

53 Arquivos municipais de Bordeaux, registro 1F150, 4ème canton, 2ème volume. Agradeço ao Sr. Jean-Cyril Lopez, assistente de conservação, por sua diligência, colaboração e iniciativas. Pudemos constatar que apenas o prenome *Émile* havia sido declarado na lista eleitoral de 1901 (registro 10-1, 4ème canton, volume 2, intitulado Arlac), enquanto que outros nomes da lista são, dessa vez, associados a vários prenomes. Há uma outra forma de omissão ou de esquecimento, mais ou menos voluntário aqui. Portanto, ele realmente escolheu não mencionar seu primeiro prenome.

54 Eis aí também o interesse desse documento: o recenseado deve optar (ou é necessário optar) entre os dois prenomes. Não é mais possível a inversão.

55 Durkheim, em *Le Suicide* (1897), propõe um esboço disso quando ri dos agentes recenseadores que ele imagina tentando reconstituir os motivos individuais dos suicidas. Ele não quer levar em conta seus resultados, subjetivos e, portanto, arbitrários. Depois, Durkheim foi criticado (feitoço contra o feiteiro) por não ter proposto algum estudo crítico sobre a produção das estatísticas que utilizou. Simiand não o poupou em relação a esse ponto em 1897. Foram os etnometodologistas que, primeiro, nos anos 1960, se preocuparam com o estudo da maneira pela qual eram coletadas as estatísticas sobre o suicídio. Ver, a esse respeito, o capítulo de Merlié (1999).

56 Cf. o modelo de boletim individual reproduzido, à p. 329, para a contagem populacional de 1891.

57 O indivíduo se refere ao “outro generalizado” para retomar a célebre expressão de John Herbert Mead.

58 É exatamente nesse período que ele começa a refletir seriamente sobre as representações, como em seu artigo “Représentations individuelles et représentations collectives” (1898). No plano individual, escreve: “o que nos move não são algumas ideias que ocupam atualmente a nossa atenção (por exemplo, quando preenche seu relatório individual): são os resíduos deixados por nossa vida anterior; são os hábitos contraídos, os preconceitos, as tendências que nos movem sem que nos demos conta disso, é, em suma, tudo que constitui o nosso caráter moral” (DURKHEIM, 1898, p. 8). (...) “nossos julgamentos são, a cada instante, truncados, desnaturados por julgamentos inconscientes; não vemos senão aquilo que os nossos preconceitos nos permitem ver, e ignoramos os nossos preconceitos” (DURKHEIM, 1898, p.35).

59 Pode-se ficar surpreso, por outro lado, pelo fato de que os recenseamentos de Bordeaux apenas dão um único prenome, enquanto que a recomendação nacional dizia respeito a todos os prenomes. Talvez, sob esse aspecto, a vigilância das administrações era mínima e parecia desnecessário conhecer os diferentes prenomes, bem como a sua ordem.

60 Mais uma vez agradeço a Gilles Grivel, que possui esse documento em seu arquivo pessoal e me informou a respeito.

61 Nossa passagem pelos arquivos municipais de Paris, 18 B d Sérurier, não deu nenhum resultado. Embora Paris não tenha organizado o recenseamento antes de 1926, restava a possibilidade de consultar-se os “cadernos das propriedades construídas” (cote D1P4), produzidos pela administração fiscal encarregada de recuperar os impostos sobre propriedades. Teríamos então podido obter a descrição, embora sucinta (como nos recenseamentos) das peças habitadas na Rue Saint-Jacques 260, depois na Avenue d’Orleans 4; teríamos, sobretudo, podido encontrar os nomes e prenomes dos habitantes, inclusive empregados domésticos, como em Bordeaux. Infelizmente os arquivos apenas possuem essas informações para

quatro *arrondissements* (distritos), o 5º (Vème) está faltando: quanto ao XIVème, embora seja um dos quatro *arrondissements*, lamentavelmente os primeiros número da avenue d’Orleans não constavam. Apenas conseguimos obter uma informação sobre o apartamento da rue Saint-Jacques em 1896, ocupada como se sabe por Boutroux, que o cedeu a Durkheim quando este chegou em Paris (o mesmo se queixou de ter de instalar-se lá em 1902, numa carta a Bouglé, não se sabe o motivo). Ele ocupava o 4º andar (com sacada) e tinha um valor de locação de 2600 francos. No andar superior havia, além disso, 10 quartos de empregada (*chambres de bonne*), inclusive, sem dúvida, aquele que seria ocupado por Mauss temporariamente quando vinha trabalhar com o tio.

62 Fournier nos informa que Gerson Mauss (bem como sua esposa Rosine, irmã mais velha de Durkheim) era religioso (FOURNIER, 1994, p. 37). Em uma carta ao filho, datada de novembro de 1894, ele escreveu: “sempre atribuí meu sucesso nos negócios à vontade de Deus”, e insistia para o jovem Mauss ir ao *Schul* (sinagoga) do seu bairro.

63 Besnard propõe, por sua vez, uma leitura edípica e psicanalítica desse ponto quando escreve: “imaginam-se os desenvolvimentos possíveis sobre o desaparecimento daquele que havia tirado (*sic*) sua irmã Rosine do jovem *Émile*” (BESNARD, 2003, p. 135). Acrescentemos nesse sentido um fato perturbador: Segundo Besnard (2003, p. 138), Durkheim concebe e redige sua dissertação sobre a proibição do incesto (concluída em novembro de 1897), quando acaba de perder o pai e o cunhado e se encontra, portanto, “sozinho” com a mãe e a irmã, duas mulheres “tabu”. Essa coincidência nos chama muito mais a atenção, se tivermos de voltar ao assunto, que aquela que consiste em imaginar que ele tenha mudado de prenome ao mesmo tempo em que teve sua “revelação” de 1895.

64 Filloux, que parou de investir o “objeto” Durkheim depois de trinta anos, deve sua cultura psicanalítica a seu padrinho, que não era outro senão o próprio Gaston Bachelard, que ministrou um curso na universidade, ao qual ele assistiu, e que o incentivou a desenvolver essa questão. É a Bachelard que ele deve a encomenda da editora *Presses Universitaires de France* (PUF), o que lhe permitiu escrever, muito jovem ainda, um livro sobre o inconsciente, na coleção *Que Sais-Je?*. Seus arrazoados são guiados

pela psicanálise, inclusive nas ciências da educação, que sempre foram a sua especialidade.

65 Por outro lado, nada nos dizem sobre aquilo que significa para um filho a morte da mãe. Os biógrafos de Freud (Jones, por exemplo) fazem o mesmo quando insistem na importância da morte do pai como fator desencadeante das intuições fundamentais do estudioso, que hesitava e não tinha confiança em si mesmo até aquele momento.

66 Não há traços de uma correspondência entre pai e filho, infelizmente, e nem, portanto, de reações de Moïse às obras do filho: sua tese de 1893, que ele pode segurar entre as mãos antes de se aposentar, em 1894, ou de suas eventuais conversas durante os anos universitários, entre 1887 e 1893.

67 Cf. seu artigo de 1982 na revista *Sociologie et sociétés*, mas também a resenha que faz das obras dos dois autores no mesmo ano.

68 Segundo o software de genealogia de Bernard Lyon-Caen.

69 Há múltiplas fontes, por exemplo, Lacroze (1960), Fournier (1994), Grivel (1994) e a correspondência de Durkheim com Mauss (1998).

70 Em 1917, quando foi acusado, durante a sessão, por um senador de extrema direita de ser “um *boche* (depreciativo para alemão) de nariz falso”, não quis deixar por isso mesmo. Escreveu-lhe para exigir desculpas (Mauss, mais otimista, escreveu-lhe para provocar um duelo), também escreveu a seus amigos e apoiadores políticos socialistas para que lavassem sua honra no Senado e, eles próprios, exigissem ao senador que voltasse atrás em suas palavras difamatórias. É o que fizeram na semana seguinte. O senador teve de se retratar e suas palavras foram riscadas das atas.

71 Como lembra Fournier (1994), Mauss não escondeu seu prenome *Israel*, nem seu avô materno rabino quando precisou preencher seu dossiê, na época de Vichy, para provar sua ascendência francesa. Esse ponto relativiza, em minha opinião, a ideia excessivamente categórica de Birnbaum sobre Mauss (2004). Seria necessário realizar um trabalho de fundo sobre as relações entre Mauss e o

judaísmo, tão aprofundado como aquele que Birnbaum propõe em sua obra de 2004 sobre diferentes sociólogos. Haveria muito a dizer sobre o assunto.

72 Birnbaum (1976) desenvolve uma tese que retoma de Simon-Nahum (1991), segundo a qual os princípios universalistas já estão presentes no judaísmo, o que torna o movimento de adesão aos princípios universalistas “natural” para os judeus (tese também presente em Mestrovic, 1988, que já havia retomado a mesma de Marrus, 1971).

73 Observemos, contudo, que Durkheim já começou a fazê-lo, em parte, quando deu à filha o prenome *Marie* (1888) e a seu filho os prenomes *André* e *Armand* (1892), antes, portanto, de ter desenvolvido essa atitude ou esse impulso universalista. Igualmente, já renunciara a informar os prenomes da mulher e da filha no recenseamento de 1896, o que não é inócuo, já que, como se sabe, as mulheres transmitem o judaísmo de geração em geração.

74 Após esses dois fracassos, Durkheim torna-se funcionário em 1879, aos 21 anos de idade. Seu filho se tornou funcionário ainda mais jovem, pouco antes de completar 18 anos, em junho de 1910, na primeira tentativa após somente um ano de preparação. E não é indiferente lembrar que Moïse foi ele próprio funcionário, já que o decreto de 8 de fevereiro de 1821 coloca o pagamento de salários dos rabinos sob a responsabilidade do Estado, com uma variação em função do tamanho da comunidade envolvida (150 judeus recenseados em 1850 em Épinal, 216, em 1860; 500 nos Vosges, em 1800; e 2000, em 1900, segundo pronunciamento de Gilles Grivel, no colóquio de Épinal, em 2008). Era necessário ser de nacionalidade francesa e ter três atestados de rabinos, que Moïse obteve em 1835. Em 1880 foi acrescentada a prova de conhecimento da língua francesa (depoimento de Schwartzfuchs, no colóquio de Épinal, 2008). De Moïse a André, passando por *Émile*, por três gerações, há uma herança que será transmitida: aquela da condição de funcionário.

75 Observa-se que existe outra versão retrospectiva proposta por Durkheim em uma resenha do livro de Deploige (1912), publicado no último número de *L'Année sociologique* que ele dirigiu (vol.12,1913, p. 326-328), no qual ele apresenta as coisas de outra maneira para negar a

influência dos alemães: além da importância de Comte e Renouvier, que ele reafirma, acrescenta: “enfim sabe-se a posição preponderante que assumiu nas nossas pesquisas o estudo dos fenômenos religiosos. Ora, a ciência das religiões é essencialmente inglesa e americana; ela nada tem de alemã. É fazer uma “gênese” sistematicamente truncada do nosso pensamento se negligenciarmos tudo que devemos a Robertson Smith e às obras dos etnógrafos da Inglaterra e da América”. Nesse texto, é verdade, não fala mais de “revelação”, mas volta à possibilidade de estudar as religiões cientificamente (e isso graças à história e à etnografia).

76 Fato paradoxal, na verdade; quando decide abandonar os prenomes hebraicos da mulher e depois da filha (e não dar a seu filho um prenome hebraico), marca um movimento simbolicamente ambivalente: por um lado, trata-se realmente de um abandono; por outro, ele fica com o monopólio do nome hebraico. Pode-se dizer assim que, em 1896, ele é o único portador simbólico do judaísmo no seio de sua pequena família.

77 Cf. sua correspondência com Hubert: ele pensava poder trabalhar melhor ali, mas simplesmente retomou o precedente.

78 A partir da bibliografia de Lukes, somente, pode-se ver que ele redige 20 resenhas em 1898, 44 em 1899, 57 em 1900 e 60 em 1901. As cifras aumentam constantemente. As obras que dizem respeito estritamente à religião são menos numerosas, pois ele se interessa por muitos assuntos que vão desde os povos primitivos à família, à sexualidade, passando pela criminalidade e o direito, sempre pensando na religião (rubrica que, contudo, ele delega sistematicamente a Hubert e Mauss).

79 Pelo menos três fatos convergem para esses anos: a carta de Lapie a Bouglé, na qual ele discorda da perspectiva de Durkheim de “explicar tudo pela religião” (LAPIE, (1897)1979); depois, a carta a Mauss, que faz da religião a chave que explica tudo, e que erige *L'Année sociologique* em arma de guerra contra o materialismo econômico. Finalmente, a resenha sobre Labriola, na qual ele escreve que “a religião é o mais primitivo de todos os fenômenos sociais”. “No princípio tudo é religioso”. (DURKHEIM, 1970, p. 253).

80 Ou, inversamente: tendo desinvestido o vínculo pessoal à religião de sua família, ele compensa generalizando a questão do religioso, propondo uma antropologia religiosa do homem... É difícil saber o que veio primeiro, o ovo ou a galinha.

81 Este texto de 1914 talvez diga melhor que os outros aquilo que ele entendia retrospectivamente como “revelação”, textos publicados em 1907 ou em 1913 na revista *L'Année sociologique*.

82 Durkheim, de fato, valoriza o conceito sobre as sensações no seu curso sobre pragmatismo, ministrado em 1913.

83 Durkheim foi nomeado professor titular em 1896 (seu salário passou para mais de 5000 francos por mês) e depois professor titular na Sorbonne em 1906.

84 Não resisto à tentação de citar a frase de Durkheim “Não é suficiente tirar, é necessário substituir”, mesmo que ela tenha sido dita em outro contexto, retomada por Lacroze (1960, p. 31) a respeito de seu curso sobre educação moral.

85 Não se diz daqueles que tem um pai com patronímico conhecido que devem criar o seu próprio prenome por falta de poderem retomar um sobrenome já tomado? Sobre Durkheim, pode-se dizer que ele se fez um prenome. Ele tinha um prenome *David* e um sobrenome, é claro que ambos pertenciam ao falecido rabino dos Vosges.

REFERÊNCIAS

ALPERT, Harry. *Émile Durkheim and his sociology*. New York: Columbia University Press, 1939.

ASSOUN, Paul-Laurent. *Lacan*. Paris: PUF, 2003.

BÉRA, Matthieu Dmitri. “Mais où donc habitait Durkheim à Bordeaux?”. *Durkheimian Studies*, vol 15, p. 179-218, 2009.

_____. “David, Émile; Les ambivalences de l'identité juive de Durkheim”. *Durkheimian Studies*, vol. 17, p.121-150, 2011.

BESNARD, Philippe. “Pour une étude empirique du phénomène de mode dans la consommation des biens symboliques: le cas des prénoms”. *Archives européennes de sociologie*, XX, p. 343-351, 1979.

_____. "L'anomie dans la biographie intellectuelle de Durkheim". *Sociologie et sociétés*, vol 14, n°2, p. 45-54, 1982a.

_____. "Compte rendu de Lacroix, *Durkheim et le politique*". *Revue française de sociologie*, volume 23, p. 127-130, 1982b.

_____. "De la sous exploitation des prénoms dans la recherche sociologique". In: BIDEAU, Alain; DUPÂQUIER, Jacques; DUCREUX, Marie-Elizabeth (ed.). *Le prénom, mode et histoire*. Paris: EHESS, 1984.

_____. *L' anomie*: ses usages et ses fonctions dans la discipline sociologique depuis Durkheim. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.

_____. *Etudes durkheimiennes*. Genève: Droz, 2003 (notamment les chapitres 7 et 22)

_____. "Durkheim Émile David". In: BORLANDI, Massimo; BOUDON, Raymond; CHERKAoui, Mohamed; VALADE, Bernard (ed.), *Dictionnaire de la pensée sociologique*. Paris: PUF, 2005.

BESNARD, Joséphine; DESPLANQUES, Guy. *La Cote des prénoms en 2005*. Paris: Balland, 2004.

BIRNBAUM, Pierre. "La conception durkheimienne de l'Etat: l'apolitisme des fonctionnaires". *Revue française de sociologie*, vol. 17, n.2, 1976, p. 247-258.

_____. "Filloux Jean-Claude, Durkheim et le socialisme". *Revue française de sociologie*, volume 20, n.1, p. 301-304, 1979.

_____. *Destins juifs*. Paris: Fayard, 1995 (surtout le chapitre 4).

_____. *Géographie de l'espoir*; L'exil, les Lumières, la désassimilation. Paris: Gallimard, 2004 (surtout le chapitre 2).

_____. *L'affair Dreyfus*; la République en péril. Paris: Gallimard, 2006.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *Les Héritiers*. Paris: Minuit, 1964.

CATANE, Mochè. "Les prénoms en Israël". In: BIDEAU, Alain; DUPÂQUIER, Jacques; CHARLE, Christophe. "Le beau mariage de Durkheim". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 55 nov. 1984, p. 45-49.

COLLOQUE *Durkheim: une jeunesse lorraine*, 28-30 mai, 2008, actes inédits, avec les communications de Marcel Fournier, Pascal Faustini, Simon Schwartzfuchs, Gilles Grivel, Philippe Alexandre, Charles Kraemer et Alexandre Laumond, entre autres.

DAVY, Georges. "Émile Durkheim: L'Homme". *Revue de Métaphysique et de la morale*, vol 26, p.181-198, 1919. Nova publicação em *Revue française de sociologie*, vol.1 n°1, 1960, p. 3-24.

_____. "Le dualisme de la nature humaine e ses conditions sociales". *Scientia*, XV, 1914. Nova publicação em *La Science sociale et l'action*, 1970/1987, 1960b, p. 10.

DERCZANSKY, Alexandre. "Note sur la judéité de Durkheim". *Archives de sciences sociales des religions*, vol. 69, n°1, 1990, p. 157-160.

DEPLOIGE, Simon. *Le conflit de la morale et de la sociologie*. Louvain: Institut supérieur d'allemand, 1912.

DUCREUX, Marie-Elizabeth (ed.). *Le prénom, mode et histoire*. Paris: EHESS, 1984.

DUPÂQUIER, Jacques. "Histoire des recensements". *Revue française d'administration publique*, octobre décembre 1985, p. 9-23.

DUPÂQUIER, Jacques; PÉLISSIER, Jean-Pierre; RÉBAUDO, Danièle. *Le Temps des Jules: Les prénoms en France au XIXème siècle*. Paris: Ed. Christian/EHESS, 1987.

DUPÂQUIER, Jacques; DUPÂQUIER, Michel. *Histoire de la démographie*. Paris: Perrin, 1985.

DURKHEIM, Émile. (1894) *Les Règles de la méthode sociologique*. Paris: Flammarion, 1988.

_____. "l'individualisme et les intellectuels". *Revue bleue*, 1898 (in Filloux, 1970).

_____. "Essai sur la conception matérialiste de l'histoire". *Revue philosophique*, XLIV, 1897, p.645-651. (in FILLoux, 1970).

_____. "Représentations individuelles et représentations collectives". *Revue de métaphysique et de morale*, tome VI, mai 1898 (in *Sociologie et philosophie*, Alcan, 1924).

_____. "Contribution" in DAGAN, Henry (ed.). *Enquête sur*

l'antisémitisme. Paris: P.V. Stock. 1899, p. 59-63.

_____. A propos du conflit de la morale et de la sociologie. Lettres de M. Durkheim et réponses de S. Deploige. *Revue néo-scolastique*. 14^e année, n°56, 1907, p. 606-621.

_____. *Les formes élémentaires de la vie religieuse*; le système totémique en Australie. Paris: Alcan, 1912.

_____. "Le dualisme de la nature humaine et ses conditions sociales". *Scientia*, XV, 1914 (in FILLOUX, 1970).

_____. *Textes*. Présentés par V. Karady. Paris: Minuit, 1975. 3 vols.

FILLOUX, Jean-Claude. *La science sociale et l'action*. Paris: Presses Universitaires de France, 1970.

_____. "Il ne faut pas oublier que je suis fils de rabbin". *Revue française de sociologie*, vol. 17, n°2, 1976, p. 259-266.

_____. *Durkheim et le socialisme*. Genève: Droz, 1977.

FOURNIER, Marcel. *Mauss*. Paris: Fayard, 1994.

_____. *Émile Durkheim (1858-1917)*. Paris: Fayard, 2007.

FOURNIER, Marcel; BESNARD Philippe (ed), *Lettres à Mauss*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

GINZBURG, Carlo. (1989) *Mythes, emblèmes, traces*; Morphologie et histoire. Édition augmentée. Revue par Martin Rueff à partir de la traduction de l'italien de M. Aymard, Ch. Paolini, E. Bonan et M. Sancini-Vignet. Paris:Verdier, 2011.

GOTMAN, Anne. "Déshéritage, dilapidation et filiation. Wittgenstein est-il un moderne?" *Communications*, vol.59 n.1, p. 149-176, 1994.

GREENBERG, Louis. "Bergson and Durkheim as sons and assimilators: the early years". *French historical studies*, vol. 9 n° 4, p. 619-634, 1976.

GRIVEL, Gilles. "Les Juifs dans les Vosges". *Relations*, Épinai, mai-juin, 1994.

JONES, Ernest. *The Life and Work of Sigmund Freud*. London: Basic Books, 1981; *La vie et l'oeuvre de Sigmund Freud*. Paris: Presses Universitaires de France (PUF), rééd. 2006. 3 vols.

LA CAPRA, Dominique. *Émile Durkheim, Sociologist and*

philosopher. Ithaca: Cornell UP, 1972.

LACAN, Jacques. *Séminaire XXI, Les non-dupes errent*, 1973-1974.

LACROIX, Bernard. "La vocation originelle d'Émile Durkheim". *Revue Française de Sociologie*, v. 17, n.2, p.213-245, 1976.

_____. *Durkheim et le politique*. Paris: PNFSPo 1981.

LACROZE, René. "Émile Durkheim à Bordeaux." *Actes de l'Académie Nationale des Sciences, Belles-Lettres et Arts de Bordeaux*, 17 (4e série), p.1-6, 1960.

LAHIRE, Bernard. *Kafka; Eléments pour une théorie de la création littéraire*. Paris: La Découverte, 2010.

LAPIE, Paul. (1897) "Correspondance reçue par Célestin Bouglé de Lapie, Parodi, Fauconnet et Mauss". *Revue française de sociologie*, vol. 20 n.1, 1979, p. 32-48.

LUKES, Steven. *Durkheim: His Life and Work: A Historical and Critical Study*. London: Penguin Books (Peregrine Edition), 1988.

MARRUS, Michael Robert. *The politics of assimilation. A study of the French Jewish community at the time of the Dreyfus affair*. Oxford: Clarendon Press, 1971.

MERLLIÉ, Dominique. "La construction statistique". In: CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR, Rémi; MERLLIÉ, Dominique; PINTO, Louis. *Initiation à la pratique sociologique*. Paris: Dunod, 1999 (1989).

MESTROVIC, Stjepan Gabriel. *Durkheim and the reformation of sociology*. Lanham, Mariland (USA): Rowman @ Littlefield, 1988.

MUCCHIELLI, Laurent. *Mythes et histoire des sciences humaines*. Paris: La Découverte, 2004 (especialmente o capítulo 10, "la révélation" d'Émile Durkheim, p. 297-329) (1998).

NISBET, Robert. *Émile Durkheim*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1965.

PEYRE, Henri. "Durkheim: The Man and His intellectual background". In: WOLFF, Kurt (ed). *ÉMILE DURKHEIM, 1858-1917*. Columbus, Ohio: The Ohio State University Press, 1960.

De David a Émile, do prenome subjetivo ao prenome objetivo: Contribuição da sociologia
dos prenomes à questão da identidade judaica de Durkheim **MATTHIEU BÉRA**

From David to Émile, from the subjective forename to the objective forename: Contribution
from the sociology of first names to the question of Durkheim's Jewish identity

[38]

PICKERING, William Stuart Frederick. *Durkheim's sociology of religion: themes and theories*. London; New York: Routledge, 1984.

_____. (ed.). Émile Durkheim: *Critical assessments of leading sociologists*. London; New York: Routledge, 2001.

_____. "L'énigme de la judéité de Durkheim". In: PICKERING, William Stuart Frederick; MARTINS, Herminio (eds.). *Debating Durkheim*. London; New York: Routledge, 1994, capítulo 1.

Revue européenne des sciences sociales, 2004, XLII-129, numéro spécial sur Philippe Besnard et la sociologie des prénoms.

SIMON-NAHUM, Perrine. *La cité investie; La "science du judaïsme" française et la République*. Paris: Éditions du Cerf, 1991.

SINGLY, François. *L'individualisme est un humanisme*. Paris: Éditions de L'Aube, 2005.

STEINER, Philippe. *Durkheim*. Paris: La Découverte, 1994.

STRENSKI, Ivan. *Durkheim and the Jews of France*. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.

WEBER, Max "Essai sur le sens de la 'neutralité axiologique' dans les sciences sociologiques et économiques" (1917). In: WEBER, Max. *Essais sur la théorie de la science*. Paris: Librairie Plon, 1965.

ZONABEND, Françoise. "Le nom de personne". *L'homme*, volume 20, n° 4, p. 7-23, 1980.

_____. "Prénom, temps, identité". *Spirale*, n°19, p. 41-49, 2001/3.

Recebido em 20/10/2012

Aceito em 18/01/2013